



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE LETRAS E ARTES

ESCOLA DE BELAS ARTES

DEPARTAMENTO DE ARTE E PRESERVAÇÃO

CURSO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

PATRÍCIA PASCHOAL SILVA

**CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS MARAJOARA RESGATADAS PÓS-INCÊNDIO,
MUSEU NACIONAL, RJ: estudos para conservação preventiva**

Rio de Janeiro

2023

PATRÍCIA PASCHOAL SILVA

**CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS MARAJOARA RESGATADAS PÓS-INCÊNDIO,
MUSEU NACIONAL, RJ: estudos para conservação preventiva**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Conservação e Restauração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Conservação e Restauração.

Orientadoras: Prof.^a Dr.^a. Neuvânia Curty Ghetti e Me. Angela Maria Camardella Rabello.

Rio de Janeiro

2023

CIP - Catalogação na Publicação

S586c Silva, Patrícia Paschoal Cerâmicas arqueológicas Marajoara resgatadas pós incêndio, Museu Nacional, RJ: estudos para conservação preventiva / Patrícia Paschoal Silva. -Rio de Janeiro, 2023.
92 f.

Orientadora: Neuvânia Curty Ghetti.

Coorientadora: Angela Maria Camardella Rabello.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de
Belas Artes, Bacharel em Conservação e Restauração,
2023.

1. Conservação Preventiva. 2. Museu Nacional. 3.
Urnas Marajoara. 4. Conservação e Restauração. I.
Ghetti, Neuvânia Curty, orient. II. Rabello, Angela
Maria Camardella, coorient. III. Título.

PATRÍCIA PASCHOAL SILVA

CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS MARAJOARA REGATADAS PÓS-
INCÊNDIO, MUSEU NACIONAL, RJ: estudos para conservação preventiva

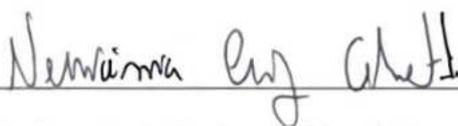
Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Conservação e
Restauração pela Escola de Belas Artes
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Neuvânia Curty
Ghetti

Coorientadora: Ma. Angela Maria
Camardella Rabello

Aprovado em: 13 de julho de 2023

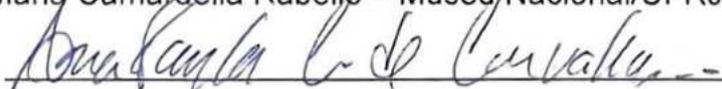
BANCA EXAMINADORA



Prof^a Dr^a. Neuvânia Curty Ghetti (Orientadora)



Ma. Angela Maria Camardella Rabello – Museu Nacional/UFRJ (coorientadora)



Prof^a. Dr^a. Ana Paula Corrêa de Carvalho – Escola de Belas Artes/UFRJ



Ma. Ana Luiza Castro do Amaral – Museu Nacional/UFRJ

Rio de Janeiro

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, Márcia e Aires, por me apresentarem o amor e interesse pela história e cultura, sempre me ensinando como a educação transforma vidas. Obrigada por sempre estarem ao meu lado me acompanhando e me incentivando a continuar minha trajetória, principalmente durante um dos períodos mais difíceis da minha vida. Sem vocês a realização deste trabalho não seria possível.

À minha irmã, Flávia, e minha tia, Marta, pelo zelo, amor e carinho. Obrigada por todo o suporte oferecido e por todas as vezes que me receberam em sua casa, poupando-me de ceder ao cansaço físico e emocional.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Neuvânia Curty Ghetti, por ter me oferecido a oportunidade de participar do Resgate do Acervo do Museu Nacional, despertando em mim o interesse pelo estudo das coleções arqueológicas do museu. Obrigada por todo o carinho, por toda a paciência e por ter me dado a chance de viver experiências únicas.

À minha orientadora, Me. Angela Maria Camardella Rabello, por todo o carinho, paciência e ensinamentos dados ao longo de todo caminho. Sua paixão pelo Museu Nacional sempre foi muito inspiradora para mim. Obrigada por me estimular a seguir com os estudos sobre a arqueologia e me mostrar a esperança no renascimento do museu.

À Prof.^a Dr^a Ana Paula Corrêa de Carvalho, por todas as oportunidades e ensinamentos oferecidos ao longo de minha formação.

À Me. Ana Luiza Castro do Amaral, pelas orientações durante minha vivência no Museu Nacional e por todo o auxílio ao longo do processo desta pesquisa.

Aos funcionários do Museu Nacional, que me receberam de braços abertos. Em especial, a equipe da arqueologia. À Mariana Duarte e ao Pedro Von Seehausen, que disponibilizaram parte do seu tempo para me auxiliar na pesquisa, contribuindo com a coleta de dados e fotografias. À Cleide Martins e Tarcísio Saramella, pelos aprendizados.

Aos meus colegas e professores do curso de Conservação e Restauração, todos contribuíram de alguma forma para minha formação. Agradeço especialmente às minhas amigas Caroline e Lys, por todo o apoio e companheirismo, auxiliando na coleta de material bibliográfico e oferecendo conselhos sempre que necessário.

À minha grande amiga Karine, por toda a parceria ao longo dos anos, sempre me incentivando e aconselhando. Obrigada por me auxiliar na revisão e correção deste trabalho.

A Deus, por ter me dado forças para seguir meu caminho.

Por fim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação.

EPÍGRAFE

“Naquela frágil plantinha, a vida renascia, e nela vi surgir a esperança do renascimento do Museu Nacional”
(Mariana Duarte)

RESUMO

SILVA, Patrícia Paschoal. **Cerâmicas arqueológicas Marajoara resgatadas pós-incêndio, Museu Nacional, RJ:** estudos para conservação preventiva. Rio de Janeiro, 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Conservação e Restauração) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Este trabalho apresenta uma proposta de estudo aplicável em ações de conservação preventiva para o tratamento das cerâmicas arqueológicas Marajoara do Museu Nacional, Rio de Janeiro, resgatadas pós-incêndio, a partir da análise de cinco exemplares de urnas funerárias da coleção de arqueologia. Tal proposta baseia-se no estudo do contexto histórico-cultural do Museu Nacional e das cerâmicas Marajoara, e nas ações que prosseguem os trabalhos realizados pelo Núcleo de Resgate de Acervos do Museu Nacional. Além disso, busca formular um plano de ações de conservação preventiva abrangente, respeitando a trajetória histórica, as características materiais dos objetos de estudos e a realidade vivida pela instituição após o incêndio. A partir de exames organolépticos e do estudo do entorno, realiza uma investigação das especificidades da materialidade cerâmica, frente às diversas alterações decorrentes dos impactos mecânicos provocados pelos escombros, assim como das reações ocasionadas pelo calor. Como resultado, gera um diagnóstico sobre a situação dos objetos de estudo e suas salas de guarda, resultando em uma proposta com enfoque na aplicabilidade de ações que possuem baixa demanda de recursos orçamentários e de pessoal.

Palavras-chave: conservação preventiva; resgate; Museu Nacional; urnas Marajoara.

ABSTRACT

SILVA, Patrícia Paschoal. **Cerâmicas arqueológicas Marajoara resgatadas pós-incêndio, Museu Nacional, RJ: estudos para conservação preventiva.** Rio de Janeiro, 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Conservação e Restauração) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This work presents a proposal for a study applicable to preventive conservation actions for the treatment of Marajoara archaeological ceramics from the National Museum, Rio de Janeiro, rescued after the fire, based on the analysis of five examples of funerary urns from the archeology collection. This proposal is based on the study of the historical-cultural context of the National Museum and Marajoara ceramics, and on the actions that continue the work carried out by the Collection Rescue Nucleus of the National Museum. In addition, it seeks to formulate a comprehensive preventive conservation action plan, respecting the historical trajectory, the material characteristics of the objects of study and the reality experienced by the institution after the fire. Based on organoleptic tests and the study of the surroundings, it carries out an investigation of the specificities of ceramic materiality, in view of the various alterations arising from the mechanical impacts caused by the debris, as well as the reactions caused by heat. As a result, it generates a diagnosis about the objects of study and their guardrooms, resulting in a proposal, focusing on the applicability of actions that have low demand for budgetary resources and personnel.

Keywords: preventive conservation; rescue; National Museum; Marajoara urns.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Exemplos de cerâmicas Marajoara.....	34
Fotografia 2 – Urna zoomorfa com padrão decorativo pintado em preto e vermelho sobre engobo branco.....	38
Fotografia 3 – Urna antropomorfa com padrão decorativo exciso.....	39
Fotografia 4 – Vista aérea do Museu Nacional após o incêndio.....	41
Fotografia 5 – Equipe de Resgate de Acervos do Museu Nacional reunida dentro do Palácio de São Cristóvão.....	42
Fotografia 6 – Resgate de peças da Reserva Técnica da arqueologia.....	43
Fotografia 7 – Trabalho com peneiras para separar fragmentos de peças de escombros.....	43
Fotografia 8 – Dois integrantes do Núcleo de Conservação do Restauração higienizam uma peça resgatada.....	44
Fotografia 9 – Acondicionamento de estatuetas de servidores funerários (Shabits).....	45
Fotografia 10 – Primeiras peças cerâmicas das coleções arqueológicas resgatadas.....	47
Fotografia 11 – Conjunto de urnas Marajoara registradas no programa Archaivos.....	48
Fotografia 12 – Objetos de estudo.....	48
Fotografia 13 – Betty Meggers e Clifford Evans lavando urna no Rio Anajás após escavação.....	50
Fotografia 14 – Localização do Museu Nacional e do Campus de Pesquisa e Ensino do Museu Nacional/UFRJ.....	57

FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo das fases cerâmicas na Ilha de Marajó.....	31
Figura 2 – Exemplo da Lista de Conteúdo proposta.....	63

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de peças afetadas pelos indicadores visuais de danos.....	54
Gráfico 2 – Variação da média de temperatura máxima e mínima no Bairro Imperial de São Cristóvão durante o ano de 2022 e início do ano de 2023, com base nos dados do site de monitoramento climático AccuWeather (2022; 2023).....	58
Gráfico 3 – Variação de temperatura média nas Salas A e B ao longo de 2021, 2022 e 2023, com base nos dados do Sistema de monitoramento para o MN – Museu Nacional (JZ DIGITAL, 2021).....	60

Gráfico 4 – Variação da umidade relativa média nas Salas A e B ao longo de 2021,2022 e 2023, com base nos dados do Sistema de monitoramento para o MN – Museu Nacional (JZ DIGITAL, 2021).....	61
--	----

DESENHOS

Desenho 1 – Padrão decorativo de urna funerária.....	37
Desenho 2 – Representação gráficas dos objetos de estudo pós-incêndio com número de registro atribuído: 1UF2023 (urna antropomorfa); 2UF2023 (urna cônica); 3UF2023 (tampa de urna); 4UF2023 (urna periforme); 5UF2023 (urna zoomorfa).....	53
Desenho 3 – Área atingida pela fuligem no objeto 4UF2023 (urna periforme).....	55
Desenho 4 – Deformação formal na peça 3UF2023 (tampa de urna).....	56
Desenho 5 – Representação do acondicionamento de peças de grande porte nas salas de guarda.....	59
Desenho 6 – Exemplo do acondicionamento proposto para a peça 3UF2023 (tampa de urna).....	64
Desenho 7 – Representação gráfica do suporte deslizante para a movimentação de peças de grande porte dentro das salas de guarda.....	66

MAPAS

Mapa 1 – Mapa da Ilha de Marajó.....	29
Mapa 2 – Mapa da distribuição de tesos e sítios arqueológicos na Ilha de Marajó.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
ICCROM	Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MN	Museu Nacional
SAB	Sociedade de Arqueologia Brasileira
SAMN	Associação Amigos do Museu Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – APORTES CONCEITUAIS E LEGAIS.....	16
1.1 APORTES CONCEITUAIS E TEÓRICOS.....	16
1.2 PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS.....	20
1.3 RECURSOS LEGAIS NACIONAIS.....	22
CAPÍTULO 2 – O MUSEU NACIONAL E A ARQUEOLOGIA.....	24
2.1 A ARQUEOLOGIA NO MUSEU NACIONAL.....	25
2.2 A CULTURA MARAJOARA: UMA HISTÓRIA CONTADA ATRAVÉS DA ARQUEOLOGIA.....	29
CAPÍTULO 3 – CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: ANÁLISE, DIAGNÓSTICO E PROPOSTA	40
3.1 O RESGATE DAS CINZAS DO PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NACIONAL.....	40
3.2 LEVANTAMENTO DE DANOS E DIAGNÓSTICO.....	47
3.3 UMA PROPOSTA DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA PARA URNAS MARAJOARA.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	69
APÊNDICES.....	74
APÊNDICE A – FICHA DE DIAGNÓSTICO PARA CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS RESGATADAS.....	75
APÊNDICE B – FICHA DE DIAGNÓSTICO PARA CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS RESGATADAS: OBJETO 1UF2023.....	77

**APÊNDICE C – FICHA DE DIAGNÓTICO PARA CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS
RESGATADAS: OBJETO 2UF2023.....80**

**APÊNDICE D – FICHA DE DIAGNÓTICO PARA CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS
RESGATADAS: OBJETO 3UF2023.....83**

**APÊNDICE E – FICHA DE DIAGNÓTICO PARA CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS
RESGATADAS: OBJETO 4UF2023.....87**

**APÊNDICE F – FICHA DE DIAGNÓTICO PARA CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS
RESGATADAS: OBJETO 5UF2023.....90**

INTRODUÇÃO

O Museu Nacional é, há 205 anos, não só um espaço de memória, como também um local de pesquisa e ensino, contando com um acervo muito diversificado. Dentro deste há uma grande variedade de cerâmicas arqueológicas, entre elas as de origem Marajoara, que apresentam uma grande variedade de tipologia como utensílios, tangas e urnas.

Assim como todo o acervo do Museu, as cerâmicas arqueológicas Marajoara são parte do patrimônio histórico brasileiro, que nos ajudam no estudo não só da cultura Marajoara, mas também na compreensão da construção cultural e social do Brasil. As urnas funerárias representam o caráter dos rituais religiosos e da vida coletiva dos Marajoara que refletirá diretamente em seus ritos funerários.

Em 2 de setembro de 2018, o museu sofreu um incêndio atingindo o prédio e grande parte do acervo e das reservas técnicas. Desde então, a equipe do museu, através da criação do Núcleo de Resgate de Acervos do Museu Nacional, dedicou-se ao resgate emergencial, triagem das peças, limpeza mecânica, registro fotográfico e acondicionamento, trabalhando na recuperação do acervo abrigado no Paço Imperial de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, atual sede do museu e antiga casa da família real portuguesa. Com o início do resgate, grande parte das peças que constituíam o acervo deste conjunto de cerâmicas foram resgatadas em diversos estados de conservação.

Os maiores problemas encontrados foram a grande diversidade de deteriorações que as peças sofreram de acordo com a distância que estavam das fontes de calor e com as partes estruturais do prédio que desabaram durante o incêndio, visto que os materiais cerâmicos podem apresentar dilatações na presença de altas temperaturas e são frágeis diante de impactos. No caso de padrões decorativos pintados, o calor também pode causar o desprendimento do pigmento ou a mudança de sua coloração. No geral, nota-se que a maioria dos danos estão relacionados à estabilidade estrutural, ao esmaecimento e desprendimento do pigmento dos padrões decorativos e à presença de lacunas na maioria das peças. Isso demonstra a necessidade da criação de um plano de atuação que possa dar conta dessa demanda.

O resgate e restauração de parte do acervo arqueológico do Museu Nacional, em meio às grandes perdas causadas pelo sinistro e às pequenas ações no resgate, farão grande diferença posteriormente. É importante ressaltar o papel do conservador-restaurador nesse processo, para analisar, pesquisar e executar planos de ação em conjunto com a instituição, realizando um trabalho integrado e multidisciplinar. Assim, é fundamental um estudo das peças que abranja seus diferentes contextos culturais e históricos, tanto como parte do acervo da instituição,

quanto como parte da sociedade Marajoara. Esses artefatos são objetos de memória, fontes de pesquisa para a compreensão da formação dos povos originários do Brasil.

A metodologia deste trabalho – “Cerâmicas Arqueológicas Marajoara Resgatadas Pós-incêndio, Museu Nacional, RJ: estudos para conservação preventiva” – foi pautada nas etapas de embasamento teórico, contextualização histórico-cultural e diagnóstico. Resultando nos capítulos a seguir:

O Capítulo 1 aborda os aportes conceituais e legais da conservação e restauração que nortearam o desenvolvimento deste trabalho. Partindo da visão de diferentes teóricos, aprofundamo-nos na teoria e metodologia proposta na obra *Teoria da restauração* (2013), de Cesare Brandi. Este autor destaca a necessidade de conhecimento teórico e técnico, para a elaboração e aplicação de processos de conservação e restauração acrescida de análise teórica e histórica, e do estudo da estrutura física e estética de um bem, respeitando seus diversos contextos. Destaca, ainda, a interdisciplinaridade como o elemento que auxilia na proteção mais ampla e integrada do patrimônio. No âmbito internacional, há as cartas patrimoniais, que consistem em um conjunto de recomendações para a salvaguarda patrimonial. No âmbito nacional, os meios legais se preocupam com a valorização e importância do patrimônio cultural brasileiro, estabelecendo normas e regulamentando ações de salvaguarda.

O Capítulo 2 trata da análise do contexto histórico e cultural dos objetos de estudo. O Museu Nacional causou impacto direto nos estudos sobre os povos originários, desde o século XIX, despertando grande interesse pela região Amazônica. Nesse contexto, a Ilha de Marajó surpreendeu pela riqueza de objetos cerâmicos encontrados. Assim, pesquisas e expedições arqueológicas passaram a ser realizadas na ilha, sendo muitas promovidas com o apoio daquela instituição. Em decorrência, muitos artefatos foram coletados e, posteriormente, vieram integrar as coleções do museu e de outras instituições nacionais e internacionais, resultando em grande progresso nos estudos sobre a cultura e a sociedade Marajoara. A partir dos estudos e teorias concebidas pela arqueóloga Denise Schaan (1997, 2001, 2009, 2010), podemos entender o contexto cultural das cerâmicas, analisando a sociedade Marajoara em suas diversas esferas.

O Capítulo 3 aborda o estudo de caso de cerâmicas arqueológicas Marajoara resgatadas do incêndio do dia 2 de setembro de 2018, o qual foi devastador para o Museu Nacional e para população brasileira. Em meio ao cenário de crise, o Núcleo de Resgate de Acervos do Museu Nacional foi criado com o objetivo de salvar o máximo possível das coleções a partir de um trabalho minucioso e metodológico e acompanhar a trajetória das peças desde o primeiro momento até a situação atual. Assim, esse capítulo expõe um levantamento de danos das urnas Marajoara resgatadas e um estudo do entorno das peças, que foram a base para formulação da

proposta de conservação preventiva apresentada neste trabalho, a qual abrange as necessidades dos objetos e a aplicabilidade no ambiente de guarda em que esses se encontram.

CAPÍTULO 1 – APORTES CONCEITUAIS E LEGAIS

A área da Conservação e Restauração é de vital importância para a preservação do patrimônio cultural e constitui um campo dinâmico, o qual envolve vários agentes de diferentes campos de estudo e setores da sociedade que atuam na salvaguarda dos bens patrimoniais móveis e imóveis através de ações interventivas e não interventivas, com a finalidade de preservar a integridade material, histórica e simbólica desses. A conservação arqueológica também faz parte desse processo dinâmico que visa a permanência dos bens arqueológicos ao longo do tempo.

1.1 APORTES CONCEITUAIS E TEÓRICOS

Para uma boa abordagem dos processos de conservação e restauração, é necessário o conhecimento gerado pelos teóricos do campo a fim de nortear a tomada de decisões e desenvolvimento de estratégias e medidas que atendam às necessidades de um bem, respeitando as diversas esferas que o compõem e assegurando sua transmissão para o futuro da maneira mais íntegra possível. Podemos citar no século XIX o arquiteto francês Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879) e o crítico de arte John Ruskin (1819-1900) que elaboraram metodologias opostas, sendo que Viollet-le-Duc prezava pela unidade estilística almejando um estado completamente idealizado do bem, e Ruskin defendia o respeito pela matéria original e sua passagem no tempo, recomendando a necessidade de manutenção periódica, embora admitisse a possível “morte” desses.

Ainda no século XIX, o arquiteto Camillo Boito (1836-1914), um dos aportes teóricos que orientaram este trabalho, causou grande impacto nas áreas destinadas à história da arte, à arquitetura e à restauração. Ao adicionar o seu próprio conhecimento às metodologias de Viollet-le-Duc e Ruskin, Boito apresentou uma posição intermediária e concebeu sua teoria que chama a atenção para a conservação – um compromisso social e um dever para a salvaguarda do patrimônio –, enquanto a restauração seria uma ação a ser evitada o máximo possível, tendo até uma certa periculosidade, porém necessária, na qual as consequências e benefícios deveriam ser ponderados. Logo, de acordo com essa teoria, a conservação seria a primeira ação para se evitar a necessidade de uma restauração.

Além disso, Boito pregava o estudo do processo histórico da obra, a ênfase no trabalho documental, a mínima intervenção e a busca por manter a unidade estrutural e estética do bem, sem acréscimos desnecessários. Nesse sentido, seus conceitos continuam atuais, como o restauro filológico, que evidencia o valor documental da obra, como testemunho e documento

histórico, não se preocupando com a restauração apenas nas esferas estética e material (BOITO, 2014).

Podemos, assim, definir, a princípio, a conservação como ações de manutenção voltadas à estabilidade de um bem, evitando na medida do possível a necessidade de uma restauração. Percebe-se que, a partir das teorias de Boito, o campo da restauração não envolve apenas um trabalho empírico que se preocupa somente com aparência estética e estrutura física, mas que envolve um trabalho muito mais profundo de pesquisa e preservação do bem nas suas diversas esferas. Essa questão é um dos princípios que orientam os trabalhos de conservação e restauração desde então. Posteriormente, no século XX, o campo da teoria foi aprofundado pelo historiador Cesare Brandi (1906-1988), um teórico moderno utilizado na contemporaneidade em ações aplicadas ao nosso contexto presente, apresentando princípios a serem usados nas diferentes áreas de atuação da conservação e restauração, inclusive referentes à conservação arqueológica.

Muito preocupado com a questão da obra de arte na sua totalidade, Brandi (2013) defendia o restauro como um ato crítico pautado na análise teórica filosófica e estética para orientar os processos de conservação e restauração a serem empregados para a salvaguarda do patrimônio tanto em sua forma física quanto em sua significação. Além disso, o historiador aprofundava questões como: o que é restauração e testemunho histórico; e qual a relação desses com o bem. De modo geral, a conservação e o restauro crítico defendidos por Brandi são a teoria mais abrangente no trato da preservação do patrimônio cultural físico, uma vez que reconhece a existência indissolúvel entre a restauração e a obra de arte (ou o bem), na qual a primeira determina que a segunda se reconheça como tal, fator determinante para justificar o porquê de ser preservado. Assim define:

Ter reconduzido o restauro à relação direta com o reconhecimento da obra de arte como tal torna possível agora dar a sua definição: a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro. (BRANDI, 2013, p. 30).

A singularidade de um bem não está numa relação material de raridade, mas em sua significação. Assim, Brandi (2013) explicita que os meios físicos e materiais são os responsáveis por transmitir a imagem, atuando como suporte estrutural e estético que devem coexistir, ou seja, a importância de um não anula o outro. No caso das urnas Marajoara, isso é visto de forma mais clara, já que o corpo material é simultaneamente estrutura e estética. Ademais, a instância histórica também não pode ser esquecida, que é a trajetória de um bem no tempo, desde o período da sua concepção até o nosso presente histórico, tratando da relação do

objeto com o lugar que o criou ou para onde foi destinado, e o momento em que se localiza na atualidade, para, assim, constituir a sua historicidade. Quando falamos do patrimônio arqueológico podemos perceber como isso irá funcionar quando estabelecemos a relação de determinado objeto com o grupo em que se inseriu e a relação que desenvolve no momento que é reconhecido como testemunho histórico e cultural a partir da pesquisa arqueológica.

A conservação preventiva – parte do processo de salvaguarda de um patrimônio – é um campo da área de conservação e restauração que busca evitar intervenções desnecessárias e prolongar a estabilidade material e estética de um objeto ou conjunto de objetos, devido a sua aplicabilidade em grandes grupos, reservas técnicas e acervos; e consiste em um trabalho multidisciplinar que analisa os fatores de deterioração – umidade relativa, temperatura, luz e UV, agentes biológicos e antrópicos, poluentes, entre outros.

Aqui, pode-se aplicar novamente os elementos teorizados por Brandi (2013, p. 98), que definiu o campo a partir das suas elaborações prévias sobre a conservação e restauração. Assim, a conservação preventiva¹ é entendida como a execução de um conjunto de ações que prolongam o tempo que ocorrem as reações físicas e químicas entre o ambiente, o objeto e os materiais que o compõem, ou seja, evita atuação dos agentes de deterioração. Além disso, busca que essas reações aconteçam de maneira mais branda e controlada, dificultando o aparecimento de danos mais graves aos objetos. Lembrando sempre que a materialidade do bem e o ambiente em que esse se insere serão fatores determinantes para as medidas a serem aplicadas. No contexto das peças resgatadas do Museu Nacional, por exemplo, devemos analisar os fatores potenciais de deterioração presentes tanto no museu e nos seus espaços de guarda quanto na Quinta da Boa Vista e no bairro de São Cristóvão, que constituem seu entorno.

De acordo com Brandi (2013, p. 100), qualquer tipo de intervenção ou metodologia de conservação e restauração é um processo crítico que fundamenta a legitimidade da intervenção para que essa não seja arbitrária. Dessa forma, teoria e prática têm igualdade perante a restauração: enquanto a teoria efetiva seu sentido na prática, a conservação preventiva se torna uma concretização do futuro do bem, não apenas em sua integridade material e como agente transmissor de uma imagem, mas também como fato histórico, conceito e representação cultural. Assim, é enfatizada a importância do campo, uma vez que

A restauração preventiva é também mais imperativa, se não mais necessária, do que aquela de extrema urgência, porque é voltada, de fato, a impedir esta última, que dificilmente poderá ser realizada com uma salvatagem completa da obra de arte. (BRANDI, 2004, p. 102).

¹ Brandi se refere à conservação preventiva pela nomenclatura de restauração preventiva (BRANDI, 2004, p. 97).

Deve ser lembrado que todo bem é único dentro da sua realidade, existência e história. Assim, partindo da situação em que se encontram as urnas Marajoara resgatadas, o levantamento de dados sobre as deteriorações nelas presentes e a posterior implementação de um plano de conservação preventiva devem seguir as indagações propostas por Brandi (2013, p. 103). De início, é necessário fazer o levantamento sobre os objetos como fato histórico e testemunho da cultura material e ritos funerários, ou seja, o estudo sobre a sua historicidade e a sua significação. Em seguida, é preciso dar prosseguimento às análises referentes à materialidade, às características, às condições ambientais e aos fatores físicos e químicos que atuam – e podem vir futuramente a atuar – como agentes de degradação. Com isso, é possível direcionar a elaboração de um plano de ação.

A publicação “A Guide for Risk Management of Cultural Heritage” (2016), do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM) em conjunto com o Instituto Canadense de Conservação, oferece um método de gestão de riscos para auxiliar os profissionais do patrimônio cultural na execução de ações de salvaguarda. Esse método indica que os processos de conservação e restauração iniciam na contextualização do bem patrimonial em seus diferentes âmbitos, prosseguem para a identificação e análise dos riscos presentes, estudo do entorno e fatores de deterioração e culminam no tratamento ou, no caso desse trabalho, na proposta de conservação preventiva.

No âmbito nacional, as conservadoras-restauradoras Lia Canola Teixeira e Vanilde Rohling Ghizoni (2012), seguindo as propostas de Brandi (2013) e orientações do Conselho Internacional de Museus (ICOM), do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e do ICCROM, recomendam algumas orientações para a elaboração de planos de conservação preventiva e intervenções de restauração para acervos e enfatizam os seguintes pontos: o trabalho teórico de análise do objeto nas suas diversas esferas a partir das áreas de física, química, biologia e história; o desenvolvimento de um diagnóstico, considerando tanto as condições materiais do objeto em si quanto o seu ambiente entorno, avaliando a aplicabilidade de possíveis medidas de conservação preventiva e intervenções; e o trabalho com uma equipe multidisciplinar podendo atuar de forma conjunta para a resolução de dúvidas e problemas. Ressaltam, também, a importância do profissional conservador-restaurador para a execução de qualquer proposta de intervenção direta ou indireta. Segundo elas:

O trabalho da restauração, propriamente dito, começa a partir das análises obtidas, com a elaboração da proposta de tratamento, com detalhamento dos procedimentos técnicos e materiais a serem utilizados na intervenção, com o objetivo de, ao seu fim, devolver à obra de arte sua integridade física, estética e histórica. (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012, p. 67).

Para Teixeira e Ghizoni (2012, p. 12) o campo da conservação preventiva é um dos meios de promover a conservação do patrimônio e as instituições de guarda, valorizando o museu como um todo. As ações de salvaguarda possibilitam a democratização dos acervos e a preservação da memória e do patrimônio cultural, envolvendo as instituições e toda a sociedade, que irá usufruir e participar também dos processos de proteção.

Com os aportes teóricos-metodológicos definidos, percebemos que a conservação é um campo que demanda conhecimento teórico e técnico, no qual é preciso ter uma preocupação tanto sobre os processos quanto sobre a análise e pesquisa que os precedem, buscando sempre uma abordagem integrada entre as diferentes áreas (história, física, química, museologia, biologia, antropologia) que irão participar da proteção patrimonial em suas diferentes instâncias. A conservação arqueológica implica também o respeito e a pesquisa sobre os povos e tradições as quais os objetos pertencem.

1.2 PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS

É necessário revisar, primeiramente, os aportes internacionais por meio das cartas patrimoniais, que são o resultado de discussões geradas durante conferências para desenvolver, orientar e normatizar métodos e práticas da preservação patrimonial. O estudo dessas é importante pelo caráter multidisciplinar e pelas diretrizes dadas sobre a condução de pesquisas, sendo fonte de esclarecimentos sobre a metodologia utilizada durante o resgate emergencial do acervo e elemento guia para a pesquisa arqueológica e para o entendimento de processos voltados à elaboração de uma proposta de conservação e restauração.

De início, pode-se dar destaque à *Carta de Atenas* (SOCIEDADE DAS NAÇÕES), de 1931, a primeira carta patrimonial que determina o campo da restauração como o responsável pela proteção do patrimônio monumental, através de ações de manutenção permanente e do uso de práticas advindas de um trabalho multidisciplinar; e que afirma a natureza científica do campo da conservação preventiva.

A *Carta de Veneza* (ICOMOS), de 1964, prioriza a prática da conservação e restauração em si, propondo diretrizes que refletem as teorias elaboradas por Boito e Brandi e que influenciaram diversos recursos legais nacionais – como as portarias que serão apresentadas abaixo – e internacionais. Em seu Art. 2º, define: “A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.” (ICOMOS, 1964, p. 2). Com isso, reitera o caráter multidisciplinar do campo; aponta a importância da documentação dos trabalhos realizados através de relatórios analíticos e críticos,

que devem ter também o registro imagético (ilustração ou fotografia) dos processos; e apresenta a fase de escavação como parte integrante da conservação dos bens arqueológicos. Assim, podemos inferir que o processo de salvaguarda das urnas Marajoara se iniciou no momento do resgate emergencial do acervo.

Um dos princípios internacionais mais abrangentes é a *Carta do Restauro* (ITÁLIA), de 1972, que dispõe de recomendações e normas para a intervenção em várias materialidades, propondo metodologias a serem seguidas e alguns procedimentos que devem ser evitados; e reforça a necessidade de documentação e relatório que venham a registrar e justificar as decisões tomadas ao longo dos tratamentos de conservação e restauração. Além disso, a *Carta do Restauro* refere-se ao campo da conservação preventiva ao incluir recomendações referentes à relação do objeto com o seu entorno. Em seu Anexo A (ITÁLIA, 1972), fornece orientações sobre a conservação de bens arqueológicos. No trato dos materiais cerâmicos, recomenda: o recolhimento de fragmentos cerâmicos esparsos durante a fase de escavação; a identificação de materiais e resíduos encontrados no interior de urnas, o que ajuda a caracterizar o uso anterior do objeto e gera dados históricos sobre esse; a imediata conservação desses bens já no momento da escavação; e a importância da presença do profissional conservador-restaurador desde o início da pesquisa arqueológica.

A *Carta de Burra* (ICOMOS), de 1980, apresenta definições sobre os seguintes termos: *preservação* - ações de manutenção, proteção e ocasional estabilização material do bem; *conservação* - preservação da significação cultural através de medidas de segurança e manutenção, utilizando das disciplinas que venham a contribuir no estudo e salvaguarda do objeto (conservação preventiva); e *restauração* - intervenções mais invasivas e diretas, que só deve ser realizada se existirem informações suficientes sobre o estado anterior do bem, respeitando seu valor histórico, estético, científico e social. Esses procedimentos só podem ser realizados por profissionais capacitados do campo da conservação e restauração.

Sobre a gestão e proteção do patrimônio arqueológico há a *Carta de Lausanne* (ICOMOS; ICAHM), de 1990, a qual reforça as cartas patrimoniais anteriores, propondo a integração social nas políticas de preservação do patrimônio arqueológico, já que esse pertence a sociedade humana que tem o dever moral de protegê-lo. Além disso, recomenda o estímulo à formação de profissionais que venham a atuar nas áreas de proteção patrimonial, que é um processo dinâmico e contínuo.

As cartas patrimoniais dão uma dimensão do quanto o campo da conservação e restauração é abrangente. Elas são o reflexo de metodologias teóricas e demonstram um esforço internacional, buscando uma colaboração para a preservação patrimonial, através da integração

entre as nações, o Estado, a instituição de guarda, os agentes responsáveis pela pesquisa e salvaguarda e a sociedade.

1.3 RECURSOS LEGAIS NACIONAIS

Passamos aos meios legais existentes no Brasil que garantem a proteção do patrimônio cultural e trazem orientações, deveres e direitos durante a execução de pesquisas e a condução de trabalhos nos campos da conservação e restauração e da arqueologia.

Pode-se citar, a princípio, o recurso presente na *Constituição Federal de 1988* (BRASIL), Art. 215, que trata da valorização e importância do patrimônio cultural brasileiro, determinando o direito à memória, cabendo ao Estado tomar as medidas apropriadas.

Retrocedendo ao início do século XX, o *Decreto-lei nº 25* (BRASIL), de 30 de novembro de 1937, instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN –, atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. O seu primeiro artigo define o patrimônio de valor arqueológico como parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional. Além disso, o Artigo 24 determina que a União deve manter museus como instituições de guarda, para a conservação e exposição do patrimônio nacional. Dessa forma, é um dos meios de proteção mais antigos do país no que se refere à organização e à proteção do patrimônio cultural nacional.

No trato dos bens arqueológicos, a *Lei nº 3924* (BRASIL), de 26 de julho de 1961, estabelece que é dever do Poder Público guardar e proteger todo o patrimônio de natureza arqueológica presente no território nacional, caracterizando os bens que pertencem a esse grupo e definindo critérios para a posse e salvaguarda de descobertas arqueológicas.

A *Portaria nº 196* (BRASIL), de 18 de maio de 2016, amplia o panorama sobre a conservação de bens arqueológicos móveis. Em seu anexo I, descreve recomendações para a proteção desses, organizando-os por área de atuação, gestão e impacto, envolvendo os agentes de salvaguarda e os atuantes na pesquisa arqueológica (coordenadores de pesquisa, pesquisadores e conservadores); apresenta disposições que visam regularizar o trabalho de pesquisa desde o momento do campo e salvamento (etapa da escavação) até o ingresso dos bens nas instituições de guarda; e enfatiza a importância do acondicionamento, organização e gestão dos acervos, sendo o profissional de conservação e restauro aquele que deve executar qualquer intervenção para um trabalho seguro e responsável. Ademais, aponta que um registro detalhado das atividades feitas nos acervos deve ser elaborado e acrescentado à documentação museológica da instituição.

A Política do Patrimônio Cultural Material do IPHAN, instituída na *Portaria nº 375* (BRASIL) de 19 de setembro de 2018, foi criada com o propósito do desenvolvimento de ações e atividades que visam a preservação, a integração e o compartilhamento do patrimônio. Sendo um dos recursos legais mais recentes, faz a manutenção do direito à memória, trazendo princípios da humanidade, preservação, direito à informação e inclusão social no processo de proteção patrimonial; e busca estabelecer diretrizes para que os processos de conservação e restauração ocorram da melhor forma, onde as atividades devem ser elaboradas de acordo com alguns processos institucionais, como: educação patrimonial, reconhecimento, proteção, conservação e difusão. Tal política também promove a preservação do patrimônio cultural material de diversos povos e comunidades tradicionais, inclusive dos povos originários, enfatizando a importância desses para o entendimento dos bens em sua identidade, cultura, utilização e memória; e estabelece a necessidade de os processos serem normatizados e regularizados, incluindo princípios para práticas, análises e meios de fiscalização para o desenvolvimento e execução de intervenções seguras e adequadas. Em seu Art. 51, define: “O objetivo da Conservação é preservar os valores e a significação cultural do patrimônio cultural material protegido.” (BRASIL, 2018).

Os diversos meios legais nacionais sobre a preservação patrimonial abordados acima buscam regulamentar as ações para a salvaguarda do patrimônio cultural nacional, gerando orientações para o desenvolvimento da área de conservação e restauração. Eles abrangem tanto a proteção do Museu Nacional como instituição de memória e guarda, quanto as urnas funerárias Marajoara como bens integrantes do patrimônio histórico brasileiro, que devem ser preservadas devido aos seus valores histórico e cultural.

Para a realização desse trabalho, fez-se necessário conhecer esses aportes metodológicos-teóricos e legais como embasamento e justificativa, fazendo uso integrado das múltiplas disciplinas auxiliares nos processos de pesquisa e análise. Pretendemos, assim, executar um plano de tratamento seguro, respeitando as esferas histórica, estética, social e cultural das urnas funerárias Marajoara resgatadas após o incêndio do Museu Nacional, cumprindo, dessa forma, o dever social da salvaguarda do patrimônio.

CAPÍTULO 2 – O MUSEU NACIONAL E A ARQUEOLOGIA

A história dos povos originários do Brasil é contada a partir das escavações e investigações arqueológicas, que possibilitaram o acesso à cultura material. Os objetos de estudo deste trabalho – as urnas cerâmicas Marajoara resgatadas após o incêndio – integram o acervo de arqueologia brasileira do Museu Nacional. Para compreender a sociedade em que estas urnas se inseriam anteriormente à sua chegada ao Museu Nacional, devemos entender como foi possível que esses bens fossem estudados e apresentados séculos depois de sua criação. Assim, apresentamos um breve histórico do Museu Nacional e o seu papel na formação do campo de arqueologia no Brasil.

No período colonial, anterior à chegada da família real ao Brasil em 1808, os registros e relatos sobre o território e artefatos apareciam nas crônicas de viajantes europeus, distantes de uma interpretação arqueológica, vistos como curiosidades. Durante essa época, analisa a arqueóloga Cristiana Barreto (1999b), notava-se um tom criacionista nos relatos sobre o contato e interpretações dessas sociedades indígenas, interrompido em 1759 com a expulsão dos jesuítas. No decorrer do século XIX, essas expedições passaram a ter um caráter mais científico se preocupando com o estudo da fauna, flora e populações nativas do país, sendo muitas vezes financiadas pela própria família real.

Na Europa, a arqueologia firmava-se como campo de estudo paralelamente à criação de instituições de memória e ao crescente interesse pela antropologia. A arqueologia como o campo que estuda a humanidade, a partir das culturas e os modos de vidas de diversas sociedades com base na cultura material, entre outros vestígios deixados por essas, surge motivada pelo colecionismo, pelas descobertas da antiguidade clássica em Pompeia e Herculano e pelo fascínio as culturas antigas durante a segunda metade do século XIX (SCHWARCZ; DANTAS, 2008).

No Brasil, assim como no resto do continente americano, o foco principal dos pesquisadores estava voltado para as culturas nativas e tudo o que era considerado exótico aos europeus. A arqueologia era, até então, basicamente empírica, permeada pelas noções de acumulação e colecionismo e com um grande valor comercial. Assim, a prática na área era realizada como estabelecido pela antropóloga Lilia Schwarcz e pela historiadora Regina Dantas (2008, p. 137), de modo que “as peças eram retiradas do solo de forma muitas vezes arbitrária, selecionadas quase sempre por conta de seus atributos estéticos e encaminhadas aos possíveis interessados, não raro através de transações de natureza marcadamente comercial.” Fica claro, dessa forma, que havia um déficit em relação à existência de uma metodologia de trabalho, tanto na execução de expedições e escavações, quanto na guarda dos materiais coletados

gerando, não apenas no Brasil, problemas relacionados à pilhagem de sítios e à descontextualização desses objetos. Até meados do século XIX, o Brasil viveu uma era de expedições voltadas a investigar o território.

Fundado em 6 de junho de 1818 pelo então rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves Dom João VI (1767-1826) através de um decreto, como Museu Real, reunia coleções de ciências naturais, buscando fomentar os estudos e pesquisas que seriam revertidos em benefício do país e das áreas das artes, do comércio e da indústria. Localizava-se no Campo de Santana no centro da cidade do Rio de Janeiro, no terreno do atual Centro Cultural da Casa da Moeda. Na construção de uma identidade nacional iniciada pela família real, o Museu Real seguiu o modelo dos museus europeus.

As coleções refletiam esses ideais, sendo constituídas, a princípio, por peças da antiguidade clássica, como as cerâmicas gregas, exemplares da fauna e flora do Brasil, e artefatos das populações nativas, como os objetos de estudo deste trabalho. A família real foi parte ativa na formação de coleções científicas e no estímulo a expedições exploratórias, destacando-se as figuras dos Imperadores D. Pedro I e Leopoldina e D. Pedro II e Teresa Cristina. O museu era o expositor da imagem nacional que vinha sendo construída e dos valores de civilidade para os visitantes estrangeiros e locais. A antropóloga Carla da Costa Dias (2006, p. 341) define o museu como “o lugar por excelência para construir uma ideia de nação da cultura material de um povo”.

Em meio a esse cenário, a formação do identitário nacional e a busca por explorar um território ainda pouco desconhecido estimularam a formação de estudos antropológicos/arqueológicos para o conhecimento das culturas originárias que povoaram o território brasileiro.

2.1. A ARQUEOLOGIA NO MUSEU NACIONAL

O Museu Nacional, atuando como centro de pesquisa e ciências, “institucionalizou” a arqueologia em solo brasileiro, atraindo pesquisadores estrangeiros, que viriam ensinar sua metodologia de trabalho. Na segunda metade do século XIX, a instituição apresentava-se como promotora das ciências naturais e prezava pelo rigor científico, vivendo, segundo a arqueóloga Denise Gomes (2020, p. 5), “[...] um momento de afirmação da ciência brasileira no âmbito científico internacional”. Coube ao Museu Nacional o papel de centro de história natural responsável por guardar, pesquisar e divulgar os artefatos e informações coletadas.

A arqueologia empreendida no Brasil nesse momento passava a se alinhar mais com noções de civilidade e valores de uma elite imperial e tinha como objetivo principal formar

coleções para o Museu Nacional (GOMES, 2020). Além disso, afastava-se do colecionismo pelo valor estético e aproximava-se de metodologias e pesquisas científicas voltadas para a construção de uma identidade nacional dividida entre as comunidades nativas de contato e as culturas pretéritas consideradas irrelevantes em relação às descobertas arqueológicas em outras regiões da América Latina (BARRETO, 1999b). Para Cristiane Barreto (1999a, p. 204), “A arqueologia brasileira fica entre uma arqueologia do ‘outro’ (o outro, no caso, sendo sobretudo o indígena), e uma arqueologia ‘de nós mesmos’ na qual há uma real identificação cultural com as sociedades passadas.” Assim, percebe-se que mesmo que o discurso de identidade nacional seja para construir o Brasil como um país civilizado, com muitas riquezas naturais e diversidade cultural advinda das comunidades nativas, o discurso colonial sobre progresso e valores civilizatórios propagado pelas elites intelectuais interfere na identificação da população com o passado nativo, aproximando-se mais das tradições europeias.

Ainda no Brasil Império, começam a sobressair os resultados das pesquisas sobre a paleontologia em território nacional e as culturas da Amazônia.

O naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801-1880), considerado o pai da paleontologia no Brasil, pesquisou em cavernas na região de Lagoa Santa, Minas Gerais, entre 1834 e 1844, e coletou uma diversidade de material fóssil da fauna e flora, tornando-se o primeiro estudioso sobre a pré-história brasileira (FUNARI, 1994).

Os estudos da região Amazônica tiveram início na década de 1870, em parceria do Museu Nacional com o geólogo canadense Charles Frederic Hartt (1840-1878) e o naturalista da instituição Domingos Ferreira Penna (1818-1888). Ambos participaram da expedição ao Sítio Pacoval, em Marajó, reunindo uma significativa coleção de artefatos arqueológicos Marajoara, dentre os quais urnas funerárias antropomorfas (GOMES, 2020). Hartt enviou, no mesmo ano, o geólogo Orville Derby (1851-1915) para o sítio Camutins, com a finalidade de escavar na região para obter uma coleção de objetos arqueológicos cerâmicos que seriam enviados aos Estados Unidos. Além disso, chefiou a Comissão Geológica do Império (1875/1878), formada pelo Imperador D. Pedro II, realizando escavações em diversas regiões do país e reunindo um grande acervo geológico que foi incorporado ao Museu Nacional.

Nesse século XIX, é ressaltada a atuação de pesquisadores e/ou diretores da instituição na formação do acervo, como o botânico Ladislau Netto que trabalhou com Ferreira Penna e Hartt nas expedições em Marajó, atuando como intermediário para obter artefatos escavados para integrarem o Museu Nacional (GOMES 2020). O grupo efetuou atividades de coleta e escavações nos campos da antropologia, geologia e arqueologia, criando metodologias e meios de controle sobre o patrimônio. Segundo o antropólogo Duarte (2019, p. 365), “os trabalhos de

campo de Netto levaram-no a perceber a importância e a propor – pioneiramente – um sistema de controle sobre os sítios arqueológicos da Ilha de Marajó e do Vale do Amazonas em 1888”.

Com a República em 1889, o Museu Nacional foi transferido para o Paço de São Cristóvão, antiga residência imperial na Quinta da Boa Vista, onde permanece até os dias de hoje.

No século XX, o Museu Nacional e a arqueologia no Brasil passaram por algumas mudanças. De 1938 a 1955, a antropóloga Heloísa Alberto Torres assumiu a direção da Casa, destacando-se como a primeira mulher no cargo. Sua trajetória marcou a consolidação da antropologia culturalista no Brasil, o fortalecimento da instituição como centro de pesquisa científica e formação de pesquisadores brasileiros e a integração em iniciativas de preservação do patrimônio histórico-cultural brasileiro (GOMES, 2020). Durante a sua gestão, o Museu Nacional foi incorporado à Universidade do Brasil até 1940, sendo reincorporado em 1946 à atual UFRJ, onde permanece até os dias atuais. Heloísa Alberto Torres foi uma figura muito importante para o avanço da arqueologia amazônica, colaborando em pesquisas na região de Marajó e realizando estudos sobre a produção cerâmica Marajoara. Em reconhecimento ao trabalho de Torres cooperando no projeto de preservação do patrimônio etnográfico e arqueológico nacional, “o Museu Nacional ganhou, além de uma cadeira no Conselho Consultivo do SPHAN, a função de definir o patrimônio etnográfico e arqueológico nacional.” (DIAS, 2006, p. 346).

Segundo Barreto (1999b), com o desenvolvimento de políticas preservacionistas, a arqueologia chega à academia, porém com um formato indefinido. Devido à falta de profissionais e pesquisadores brasileiros, não havia um projeto acadêmico nacional, ficando a cargo de pesquisadores estrangeiros a maior parte dos primeiros estudos teóricos desenvolvidos nas universidades. O modelo seguido até então era europeu, sendo principalmente o francês. Com o passar do tempo, apresentou-se uma problemática: enquanto os estudos sobre as sociedades indígenas avançavam, o campo geral da arqueologia estagnava, distanciada das outras ciências humanas.

A influência francesa e norte-americana, até a maior parte da segunda metade do século XX, moldou os conhecimentos metodológicos do campo e formou novos arqueólogos no país (BARRETO, 1999b). A atuação francesa na Arqueologia Brasileira deu-se pelo casal francês de arqueólogos Joseph Emperaire (1912-1958) e Annette Laming-Emperaire (1917-1977) que, em pesquisas de sambaquis e datação de sítios arqueológicos realizadas na década de 1950, valorizaram os sítios pré-cerâmicos aplicando a escavação de superfícies amplas como método.

Nas expedições amazônicas, destaca-se o casal americano de arqueólogos Betty Meggers (1921-2012) e Clifford Evans (1920-1981) que trabalhou diretamente na formação de uma primeira geração de arqueólogos brasileiros (BARRETO, 1999b), desenvolvendo escavações sistemáticas na ilha de Marajó. Ao final dos anos 1940, realizaram pesquisas na foz do Amazonas, sendo a primeira vez que escavações estratigráficas foram feitas por arqueólogos profissionais. Seu trabalho na região se diferenciou pelo caráter antropológico da pesquisa, uma vez que, não sendo puramente exploratória, buscava investigar se houve a existência de uma sociedade complexa na Ilha de Marajó durante o período pré-colonial. Essas expedições foram realizadas com o apoio do Museu Nacional, formando uma coleção com parte dos objetos marajoaras coletados que foi integrada ao acervo da instituição (GOMES, 2020).

A partir dos anos 1960, pesquisadores de outras instituições, como a arqueóloga Anna Roosevelt (1946-) e Denise Schaan (1962-2018), trouxeram grandes contribuições para o estudo da cultura Marajoara, inclusive para as coleções do Museu Nacional, fundamentais para este trabalho.

No início deste século XXI, a instituição retorna aos estudos em arqueologia Amazônica com o projeto de pós-doutoramento da Prof^a. Dr^a. Denise Gomes, “Cronologia e Contexto Cerimonial da Cultura Santarém”. Segundo Gomes (2020, p. 18) “o projeto buscou abordar o tema da emergência das sociedades complexas pré-coloniais amazônicas sob uma nova perspectiva, voltada à compreensão dos rituais”, ressaltando o impacto das pesquisas em arqueologia amazônica realizadas juntamente à instituição no passado, gerando coleções que são base de estudo e fontes de pesquisas até os dias atuais.

Com 205 anos de história, o Museu Nacional prossegue como incentivador e disseminador do conhecimento, preservando em sua memória o início da pesquisa científica em diversas áreas de estudo no Brasil, sendo o responsável por guardar e apresentar às novas gerações parte do patrimônio arqueológico brasileiro contido nos objetos de seu acervo, de modo que é possível, a partir desse, gerar novos conhecimentos e compreender as sociedades a que um dia pertenceram.

Nesse sentido, o Setor de Arqueologia do Museu Nacional acompanha a instituição, consolidando-se através da pesquisa arqueológica, da preservação e formação de novas coleções, produção e divulgação do conhecimento, e da formação de pesquisadores/arqueólogos no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Arqueologia - PPGARQ.

2.2. A CULTURA MARAJOARA: UMA HISTÓRIA CONTADA ATRAVÉS DA ARQUEOLOGIA

A Ilha de Marajó, localizada no estado Pará, é a maior ilha fluviomarítima do planeta, banhada pelo oceano Atlântico e pelos rios Amazonas e Pará, e com diversos rios cortando o território. Rica em recursos aquáticos, Marajó tem estações sazonais de cheias, onde o nível da água sobe muito, cobrindo a maior parte do arquipélago. A ação do homem ergueu aterros artificiais para moradia e sepultamentos – os **tesos** que se confundem com as elevações naturais. A vegetação local pode ser dividida entre florestas e campos. As características climáticas e territoriais da ilha exigiram uma grande capacidade de adaptação de seus habitantes para dominar o que Denise Schaan (2009, p.17) denominou de “ditadura da água”, buscando formas de estabelecer moradias e meios de subsistência para garantir a sobrevivência durante as diferentes épocas do ano, como o tempo da cheia, o tempo da lama e o tempo da seca. Esses fatores ambientais causaram muitas dúvidas sobre como era possível a presença de um grande grupo social por um período longo na região e como era a vida em si dos primeiros habitantes de Marajó.

Mapa 1 – Mapa da Ilha de Marajó.

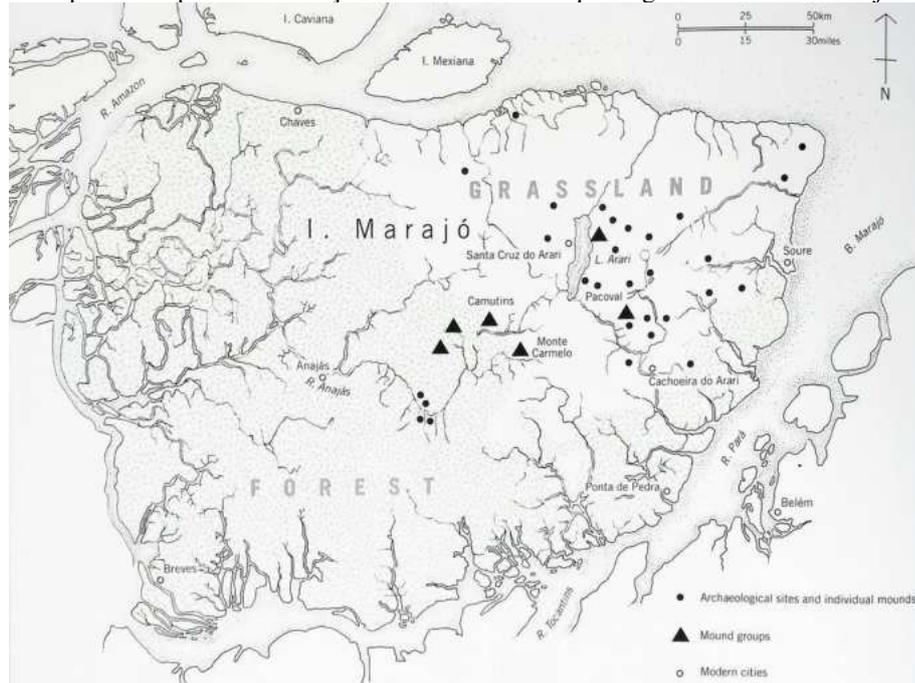


Fonte: Google Maps.

Um dos primeiros contatos com artefatos arqueológicos em Marajó ocorreu no século XIX, quando o naturalista alemão Carl von Martius (1794-1868) deparou-se com um cemitério indígena atribuindo-o aos Tupinambá, que na verdade era Marajoara. No século XX, o crescimento da atividade pecuária na ilha – a criação de búfalos – revelou mais informações sobre os sítios arqueológicos. Devido ao pisoteamento constante dos tesos já desgastados pela erosão, muitos objetos arqueológicos começaram a surgir na superfície. Muitos sítios arqueológicos, antigos cemitérios, começaram a ser documentados pela região, entre eles Pacoval, Camutins, Cajueiros, Teso dos Bichos, Santa Izabel. Essas descobertas começaram a

chamar a atenção de pessoas que iam até os sítios com o intuito de obter peças de maneira ilegal para comercializá-las a alto valor. A falta de fiscalização e de um órgão regulador na época facilitou o contrabando de peças cerâmicas, especialmente as Marajoara. Além disso, por falta de esclarecimento, a população utilizava as grandes cerâmicas chamadas “igaçabas”, utilizadas como urna funerária pelas comunidades indígenas, para armazenar farinha e utilizava os cacos cerâmicos que ficavam depositados no solo para a agricultura.

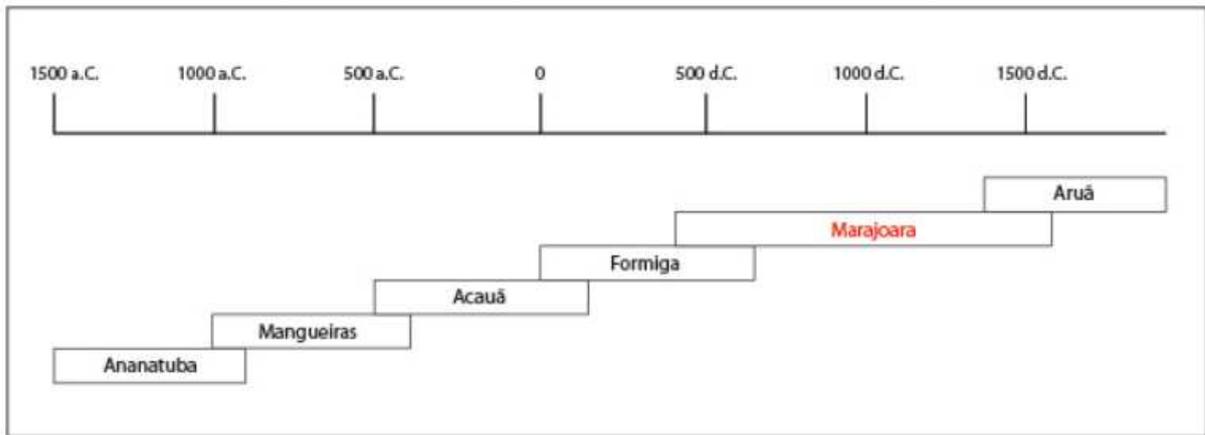
Mapa 2 – Mapa da distribuição de tesos e sítios arqueológicos na Ilha de Marajó.



Fonte: Schaan (2001, p. 110).

Diversos pesquisadores analisaram os sítios da Ilha de Marajó e as populações nativas. A maior influência e mudança nos estudos e visão arqueológica da ilha vieram do casal de arqueólogos norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans, com chegada deles à região na década de 1940. Através da identificação de sítios menores e da produção cerâmica que apresentava características diferentes da Marajoara, Meggers e Evans foram os primeiros a reconhecer a existência de outras culturas locais além da Marajoara, nomeando as fases anteriores de Ananatuba, Mangueiras, Acauã e Formiga; e uma fase posterior de Aruã (MEGGERS; EVANS, 1957 *apud* CHAVES, 2020 p. 36). Essas pesquisas levaram a algumas conclusões sobre o desenvolvimento de Marajó e sua população: a convivência de grupos de origens diferentes; a ocorrência simultânea do início e o fim de algumas das fases cerâmicas; a produção cerâmica das primeiras fases é muito mais simples comparada a Marajoara, consistindo de objetos mais utilitários sem decoração, como tigelas e panelas; e que Marajó foi inicialmente ocupada pelas populações nativas por volta de 1500 antes de Cristo (MEGGERS; EVANS, 1957 *apud* SCHAAN, 2009, p. 142).

Figura 1 – Linha do tempo das fases cerâmicas na Ilha de Marajó.



Fonte: Amélio (2012, p. 17).

Ao analisar os sítios característicos da cultura Marajoara, Meggers e Evans observaram que existia uma funcionalidade dos tesos, podendo ser tesos moradias – com as cerâmicas de uso doméstico, onde ocorria a vida cotidiana da comunidade – ; ou tesos cemitérios/cerimoniais – com cerâmicas decoradas e urnas funerárias. A partir do resultado de suas pesquisas, Meggers elaborou a tese de que, em algum momento, houve um declínio da população Marajoara, causado pelas condições climáticas e ecológicas da floresta tropical. Tais condições teriam limitado os meios de subsistência para esta sociedade complexa por longo tempo, fadada ao inevitável declínio (MEGGERS, 1954 *apud* SCHAAN, 2009, p. 146). O material coletado – artefatos cerâmicos, ossadas etc. – foi dividido entre o Brasil e os Estados Unidos, ficando a parte integrada ao acervo do Museu Nacional com o nome de Coleção Meggers e Evans.

Durante décadas prevaleceram as teorias de Meggers e Evans para a ilha de Marajó. Porém, a partir do final da década de 1980, novos estudos começaram a serem realizados com perspectivas divergentes.

Uma das primeiras teses contestadas foi sobre o declínio social causado pelo ambiente tropical. Até então acreditava-se que a vida das comunidades nativas pré-coloniais era idêntica ao modo de vida das comunidades indígenas contemporâneas, sem grandes períodos de sedentarização e pouca densidade populacional, vivendo em aldeias provisórias; a cultura Marajoara teria origem andina, não sendo “natural” da região amazônica. O estudo de solos, dos fragmentos cerâmicos e da produção cerâmica presentes em sítios arqueológicos amazônicos, não apenas em Marajó, foi decisivo para refutar Meggers e Evans. As pesquisas sobre ecologia amazônica dos geógrafos William Denevan (1931-) e Nigel Smith (1949-) demonstraram a presença de solo fértil em diversos sítios, propiciados pela ação humana que buscava meios de criar um ambiente mais adequado para a agricultura (SMITH, 2002 *apud* SCHAAN, 2009, p. 164).

Também na década de 1980, Anna Roosevelt realizou estudos pela Amazônia nos quais descreve ter encontrado solos muito férteis, principalmente nas várzeas, com indícios de cultivo extenso de mandioca e milho, contrariando a proposta de Meggers (ROOSEVELT, 1992). Nos diversos tesos que pesquisou, encontrou fragmentos líticos e cerâmicos, e vestígios paleobotânicos e de fauna, constatando que os Marajoara tinham uma economia baseada na agricultura intensiva, na coleta de produtos silvestres e no consumo de peixes (ROOSEVELT, 1980 *apud* SCHAAN, 2009, p.170). Concluiu ainda que os tesos não tinham separação entre moradia e cemitério, pois encontrou estruturas domésticas nos tesos-cemitérios, contestando Meggers.

Outra contribuição de Roosevelt no estudo da sociedade de Marajoara foi o trabalho de análise da produção cerâmica. Dando um novo entendimento sobre o simbolismo das cerâmicas, a antropóloga enfatizou o fato de a arte Marajoara ser de caráter ritual e religioso, estando na maior parte do tempo associada a contextos mortuários, xamanísticos e de veneração ao ancestrais. Além disso, demonstrou a relação forte entre a arte Marajoara e a organização social e política, e o uso de recursos naturais para a subsistência (ROOSEVELT, 1992).

A arqueóloga Denise Schaan é outra pesquisadora de destaque no estudo da cultura Marajoara. Desde o final dos anos 1990, apresentou estudos sobre a sociedade que habitava Marajó, com grande foco para o estudo da iconografia da cerâmica Marajoara, estabelecendo pontes entre a cosmovisão² da sociedade indígena Marajoara e a representação gráfica nos motivos decorativos das cerâmicas. Ao relacionar as histórias e mitos transmitidos oralmente aos próprios padrões da representação artística, propôs a existência de um sistema iconográfico representando esses mitos nas peças cerâmicas, sugerindo não haver a necessidade de uma linearidade para a compreensão desses nas representações. Schaan voltou às questões sobre a organização social da sociedade Marajoara, onde se aprofundou, a partir dos estudos apresentados por Meggers e Roosevelt, na relação entre a estruturação dos tesos e a existência de uma elite com o contexto ritual e funerário. Em suma, Schaan propôs um dos estudos mais completos até o momento da produção cerâmica Marajoara, analisando o contexto social, político e cultural através da produção artística deixada por essa sociedade.

O estudo dos tesos e da produção cerâmica Marajoara levantou algumas hipóteses sobre a complexidade daquela sociedade: organização social, meios de subsistência, cosmovisão, produção cerâmica, rituais e práticas funerárias.

² Concepção de mundo que busca entender questões de existência humana, vida após a morte etc. Modo particular de perceber o mundo (SCHAAN, 1997, p. 38).

Entre os elementos da sociedade Marajoara, vamos priorizar a produção da cerâmica, em destaque as urnas funerárias, usos e significados. Ressaltamos que neste Trabalho de Conclusão de Curso – TCC –, propomos procedimentos de conservação preventiva para as urnas Marajoara resgatadas do incêndio do Museu Nacional em 2018, sob a guarda do Núcleo de Resgate de Acervos do Museu Nacional.

A produção de objetos cerâmicos era coletiva, na qual alguns artesãos especializados de determinada localidade produziam vasilhas e objetos para a comunidade. Segundo Schaan (2009), a manufatura de cerâmicas é considerada uma atividade feminina na Amazônia, estendendo-se também à sociedade Marajoara, deixando para os homens não só o transporte, manuseio e queima de objetos maiores, como também a possibilidade de se envolver em algumas outras etapas da produção. As crianças estariam acostumadas desde cedo a tomar parte na produção, criando pequenos animais e vasilhos (brinquedos) como uma preparação para a vida adulta.

A argila era geralmente coletada em rios próximos aos tesos. De acordo com o arqueólogo André Prous (1992), a argila mais fina era encontrada onde as águas eram mais mansas, mas ainda podia apresentar impurezas, por isso era comum peneirá-la para retirar as impurezas. Após isso, o artesão acrescentava elementos não plásticos (temperos) à argila, como areia ou cacos cerâmicos, a fim de proporcionar uma estrutura interna que evitasse que as peças rachassem durante a secagem. Segundo Schaan (2009), durante a manufatura, os artesãos utilizavam algumas ferramentas para moldar e aplicar a camada decorativa, por exemplo: pedras e sementes, para polimento da superfície; ossos e gravetos, para criar o padrão decorativo, criando desenhos a partir de ranhuras e baixos-relevos; e pincéis de pelo animal, para aplicar engobos e pigmentos de origem vegetal e mineral. Para evitar possíveis imperfeições causadas pelo clima, era comum que a produção dos objetos ocorresse em tempo de menor umidade (seca). A queima acontecia ao ar livre, demonstrando muita perícia das pessoas responsáveis por essa etapa para controlar a temperatura e velocidade da queima.

Os marajoaras desenvolveram diferentes formas de criar grafismos característicos. Era comum um mesmo motivo decorativo repetir-se em diversas peças com técnicas diferentes. As técnicas decorativas utilizadas mais frequentemente foram: o *engobo*, que consiste em banhar a peça em uma mistura de argila diluída e pigmento; as *pinturas*, feitas aplicando pigmento líquido com pincel sobre a superfície com engobo; as *incisões*, que consistem em riscar e traçar a superfície com objetos pontiagudos; as *excisões*, que produzem baixos-relevos criados por entalhes na superfície; e os *adornos tridimensionais*, que se constituem em adicionar ao corpo da peça apêndices e apliques de pequenas figuras ou elementos feitos de cerâmica. Outra

característica importante é a vivacidade dos pigmentos utilizados, predominando o vermelho, laranja, branco e preto. As peças cerâmicas apresentam formatos variados, com diferentes tipos de base e corpo, predominando as bases arredondadas, corpos esféricos ou retos, bordas reforçadas e ocas, e abertura (boca) circular. Os objetos mais comuns são tipos de vasos, pratos, panelas e tigelas, sendo a maior para uso doméstico. Porém, há também cerâmica ritual, constituída de peças como urnas funerárias e ídolos (SCHAAN, 2009).

Fotografia 1 – Exemplos de cerâmicas Marajoara.



Fonte: Google Arts & Culture.

Segundo Schaan (1997), os signos gráficos têm relação direta com a mitologia local e seu significado pode ser atribuído partindo da correlação da linguagem visual com a cultura oral, configurando um sistema iconográfico. Desse modo, na sociedade Marajoara, a arte ocupa o mesmo espaço que a cultura. Tais símbolos seriam apenas totalmente compreendidos pelo grupo, evocando sentimentos e conceitos para além do entendimento humano, sendo o resultado da expressão da visão do grupo em uma forma material, pois “esses objetos carregam grande significado simbólico, como parte de um processo que envolve a matéria-prima, as técnicas e concepções cosmológicas expressas na decoração” (SCHAAN, 1997, p.34). Assim, o mito torna-se visível e é perpetuado para as gerações futuras.

Grande parte da vida comunal dos Marajoara girava em torno de práticas rituais e religiosas, presentes em cerimônias e festividades que reuniam toda a comunidade, como: sepultamentos e celebrações aos ancestrais, rituais de passagem da infância para a vida adulta, provas para os guerreiros, celebração de fartura e distribuição de alimentos. Nessas reuniões podia ocorrer a ingestão de alucinógenos e o consumo de bebidas e de iguarias, servidas em potes e tigelas cerâmicas decoradas. A maior parte da cultura material Marajoara recuperada por arqueólogos são objetos cerâmicos, dos quais muitos são associados ao contexto ritual e mortuário. Assim, de acordo com Schaan (2001), locais com grande concentração de fragmentos cerâmicos podem indicar a ocorrência de rituais e cerimônias, onde as peças eram

propositalmente quebradas como parte da prática religiosa, ou outros tipos de reuniões comunitárias, nos quais a quebra de cerâmicas utilitárias era involuntária.

Segundo Schaan (2001, 2009), a crença religiosa dos Marajoara fundamentava-se na integração perfeita do ser humano com a natureza, e, conseqüentemente, o equilíbrio entre as forças da natureza deveria ser perfeito para garantir que coisas boas acontecessem. As histórias mitológicas eram passadas oralmente pelos membros mais velhos ou lideranças, como pajés e chefes. Nessas, humanos e animais estavam inevitavelmente ligados, sendo comum que, em determinadas ocasiões, humanos se transformassem em animais ou vice-versa. Esses mitos orais eram a forma de transmitir, para além da cosmovisão, valores morais e éticos para a comunidade. De acordo com estudos de Schaan (1997) sobre a mitologia de diferentes povos nativos brasileiros, é possível notar que em diversas comunidades o mesmo mito pode tomar diferentes formas, mostrando a identidade distinta de cada grupo que mais tarde poderá se refletir na manifestação artística da cultura material e nos costumes de rituais, como o uso de adornos e pintura corporal por membros da comunidade. Logo, a visão cosmológica passada oralmente se manifesta de maneira visual permeando diferentes esferas da comunidade, transmitindo as tradições e perpetuando uma identidade estética única, como pode ser observado no caso dos marajoaras.

Grande parte da visão religiosa dos Marajoara era pautada no culto à ancestralidade, pois os ancestrais tinham papel ativo na vida de seus descendentes, podendo recompensá-los com coisas boas ou puni-los com doença e morte. Dessa forma, “as pessoas mais velhas do grupo são responsáveis por manter o culto, pois, além de serem mais próximas daqueles que já morreram, elas irão morrer, tornando-se ancestrais um dia.” (SCHAAN, 2009, p.222). Devido à hierarquia existente na sociedade Marajoara, é provável que isso se refletisse no rito funerário, como propõe Schaan (2009), que apenas as pessoas que pertenciam a elite eram enterradas em urnas na moradia familiar ou em uma casa reservada aos mortos. Nesses locais, eram colocadas oferendas.

No decorrer de suas pesquisas, Denise Schaan observou que os ritos funerários se tornaram mais elaborados conforme a sociedade Marajoara foi se tornando mais complexa. De início, os sepultamentos eram primários, o corpo era colocado com os joelhos flexionados junto ao peito, dentro de uma urna grande com objetos pessoais e tigelas com comida. A urna era fechada com um prato emborcado, que funcionava como uma tampa (SCHAAN, 2009). Com o tempo, passaram a praticar o enterramento secundário, onde apenas os ossos do indivíduo eram postos dentro da urna ou suas cinzas. No caso dos ossos, segundo Schaan (2001), esse costume teria origem na crença de que a alma habitava os ossos, por isso a carne deveria ser

retirada. O corpo era enterrado diretamente na terra ou dentro de um cesto, com um furo para drenar os fluidos durante o processo de putrefação e, após o corpo se decompor, os ossos eram limpos e preparados para o sepultamento (SCHAAN, 2009). Deve-se ressaltar que, em ambos os casos de enterramentos secundários – cremação ou putrefação –, o processo era longo e todas as etapas de preparação e do enterro em si eram acompanhadas por rituais, como: a pintura de ossos com pigmento vermelho ou preto; a colocação de objetos pessoais e oferendas dentro da urna; o sepultamento de mulheres com tangas cerâmicas, geralmente decoradas, e pequenos potes; o sepultamento de homens com machados e ornamentos líticos. No caso das urnas com ossos, o comportamento do ritual continuava mesmo após o sepultamento, uma vez que, ao não ficarem enterradas no solo, permitiam a limpeza dos ossos, a acomodação ritualística dos restos mortais e novas oferendas dos familiares que estariam em contato mais próximo com os mortos.

A forma de deposição das urnas funerárias apresentava-se, em sua maioria, das seguintes formas: com urnas colocadas em diferentes alturas, mas ocupando a mesma camada; ou com as urnas colocadas umas sobre as outras em camada dupla. Devido ao perfil dos enterramentos em diversos sítios, mesmo entre aqueles que não apresentavam as formas de deposição descritas acima, era comum que urnas funerárias fossem encontradas com as tampas quebradas devido à pressão exercida pelas camadas de terra ou pelo peso das cerâmicas depositadas acima, causando, também, a deterioração de objetos dentro das urnas e dos próprios restos mortais sepultados.

Podemos observar que a produção cerâmica Marajoara apresenta grande variação formal e estética, indo de urnas funerárias mais simples e sem decoração, representantes de períodos mais antigos, a urnas altamente decoradas do auge da fase Marajoara. As temáticas mais comuns são figuras antropomorfos e zoomorfos, grafismos geométricos e representações da fauna local, interferindo tanto nas dimensões e formas do corpo da urna quanto no padrão decorativo (CAPUCCI, 1987; ROOSEVELT, 1992; SCHAAN, 1997, 2001, 2009). No geral, tais urnas se dividem em três grupos: antropomórficas, com decoração pintada; de formato cilíndrico, com decoração excisa; e urnas globulares, decoradas e simples (HILBERT, 1968 *apud* PROUS 1992, p.483). Ocorre também a mistura de técnicas de confecção como, por exemplo, uma peça pode ser antropomorfa e apresentar decoração incisa, excisa e pintada ao mesmo tempo.

As representações humanas e de animais podem aparecer de maneira estilizada, mais comum, ou naturalista, sendo a representação condicionada pela forma plástica do suporte. Outro ponto é como os elementos estéticos são organizados, utilizando simetria, oposição

(reflexo) e alternância, onde os campos decorativos se dividem em ordem pareada, geralmente com dois ou quatro campos. Por exemplo, nas urnas funerárias, as figuras humanas são muito retratadas com duas frentes em lados opostos do vaso. Segundo Schaan (2001), o uso constante da simetria poderia ser a representação de uma mesma realidade sobre perspectivas diferentes, do mesmo modo que os objetos podem ser observados de diferentes ângulos.

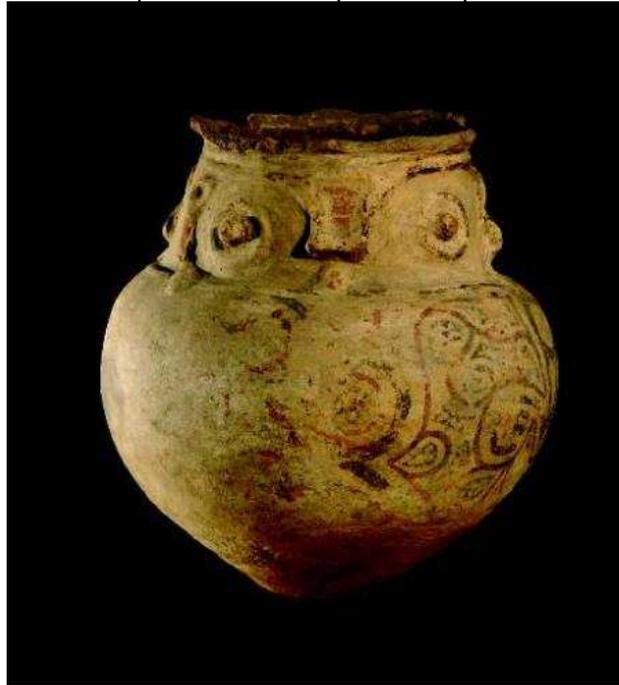
Desenho 1 – Padrão decorativo de urna funerária.



Fonte: Schaan (2001, p. 115).

Esses padrões decorativos formais e gráficos são centrados nas representações de figuras humanas, seus órgãos internos e ossos. As figuras híbridas, metade humanas e metade animais, expõem o tema comum da transformação corporal, no qual humanos viram animais ou vice-versa, sendo parte da visão religiosa do grupo. Presentes também, as representações de animais que partem da narrativa mitológica ou do cotidiano como: corujas, lagartos, escorpiões, tartarugas, urubus e peixes. Cobras e jacarés podem ter duas cabeças fazendo parte de figuras antropomórficas, retratando braços, ouvidos e olhos ou como seres/animais híbridos. Determinados animais são mais associados a contextos funerários, portanto, mais recorrentes em urnas, como as corujas e os urubus.

Fotografia 2 – Urna zoomorfa com padrão decorativo pintado em preto e vermelho sobre engobo branco.



Fonte: Amorim (2010, p. 50).

No contexto funerário, a representação da figura humana pode ser dividida em duas partes com elementos anatômicos comuns à maioria das representações antropomorfas: *face* – geralmente na parte superior das urnas, com olhos, nariz, boca e orelhas –; e *tronco* - onde estão indicados os braços, mamilos, umbigos e ventre. O *simbolismo sexual* está presente com representações fálicas, em ídolos e apêndices, e formas que representam o órgão feminino ou a região pubiana. A indicação de sexo em urnas funerárias é predominantemente feminina, onde, além dos órgãos genitais, também podem ocorrer a indicação de seios, útero e ventre. De acordo com Roosevelt (1992), a figura humana passa a ocupar lugar de destaque na cerâmica Marajoara, na medida em que a organização política vai se complexando, com o poder centralizado em uma elite, que irá usar dos rituais funerários e religiosos para difundir e fortalecer sua ideologia. Segundo Schaan (2009), algumas representações antropomorfas em urnas funerárias – especialmente aquelas que retratam miniaturas de figuras humanas dentro ou fora do ventre, ou posições associadas ao momento do parto – poderiam ser uma metáfora ao renascimento que ocorre com a passagem para o novo plano.

Fotografia 3 – Urna antropomorfa com padrão decorativo exciso.



Fonte: Museu Nacional (2017).

A fase Marajoara se encerra por volta de 1100 d.C. Após esse período, a sociedade Marajoara experimenta um declínio social, para o qual surgiram várias hipóteses: no século XIX, Ferreira Pena – fundador do Museu Paraense Emílio Goeldi (1875 *apud* CAPUCCI 1987, p. 22) – acreditava que os marajoaras se desenvolveram a tal ponto, que foram obrigados a retroceder até padrões mais “primitivos”. Posteriormente, viria a teoria de Megers e Evans da degeneração artística e social causada pelo ambiente tropical. Denise Schaan, mais recentemente (1997), propôs que o declínio Marajoara teria sido o resultado da desarticulação do poder político exercido pela elite, ocasionando a falta de coesão, deixando a comunidade vulnerável a invasões e conflitos com outros grupos, provavelmente os Aruãs, povo que habitaria Marajó após o fim do período Marajoara.

A sociedade Marajoara deixa como testemunho uma produção cerâmica que, além de utilitária e ritual, era também um dos meios utilizados para a manutenção da unidade religiosa e política, transmitindo a cosmovisão do grupo em sua elaborada linguagem iconográfica. Os artefatos, obtidos ao longo de anos de escavações na Ilha de Marajó pelos diversos pesquisadores aqui apresentados, são carentes de documentação e informações sobre os sítios de origem. Contudo isso não diminui a importância desses para os estudos de arqueologia amazônica e da própria sociedade Marajoara. Instituições de guarda, como o Museu Nacional, são de vital importância para a salvaguarda desse patrimônio e incentivo à pesquisa, permitindo que gerações atuais e futuras tenham acesso a esses bens e a informações contidas nesses.

CAPÍTULO 3 – CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: ANÁLISE, DIAGNÓSTICO E PROPOSTA

Frente às consequências do incêndio no prédio sede do Museu Nacional e à perda de grande parte do acervo, foi preciso elaborar um plano de ação para recuperar e proteger esse patrimônio. Em vista disso, buscamos apoio na publicação *500 dias de Resgate – Memória, coragem e imagem* para apresentar como o incêndio afetou o museu e como a equipe de profissionais da instituição vem atuando diretamente na formação de um núcleo de resgate dos acervos, iniciando um momento de reconstrução para o Museu Nacional. A publicação foi escrita por vários profissionais dos diferentes departamentos do museu.

Segue-se a análise de cinco peças cerâmicas Marajoara resgatadas – quatro urnas funerárias e uma tampa de urna –, em situações diversas, ou seja, antes e após o incêndio, inclusive com dados recentes do estado de conservação das peças.

A partir dessas informações, propomos um conjunto de ações para a conservação preventiva, com enfoque na documentação, acondicionamento, movimentação e influências externas, buscando atender da melhor forma as necessidades do acervo e gerar mais informações sobre os objetos para restaurações futuras.

3.1 O RESGATE DAS CINZAS DO PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NACIONAL.

Na noite de domingo do dia 2 de setembro de 2018, por volta das 19h 30min, um incêndio atingiu o Paço de São Cristóvão, sede do Museu Nacional. O sinistro causou grande perplexidade, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, pela devastação de uma parte tão significativa do patrimônio brasileiro.

Desde o final do século XIX, o Museu Nacional abrigava coleções de História Natural e Antropologia em diversas localidades do palácio, como as salas de exposições ao público, reservas técnicas, gabinetes de pesquisa e laboratórios. A diretoria, os setores administrativos e salas de aula também se situavam no mesmo prédio e em áreas anexas. Até o incêndio, mais de quinze milhões de itens estavam guardados no prédio-sede. A maior parte das coleções presentes no Paço foram afetadas tanto pelo calor e chamas, quanto pelo colapso de andares e telhado. O incêndio se alastrou rapidamente, dificultando o isolamento de áreas e o combate ao fogo pelo corpo de bombeiros, que enfrentaram problemas com o fornecimento de água, pois os hidrantes não estavam funcionando. Durante as primeiras horas que se seguiram ao início do incêndio, alguns servidores, numa tentativa de minimizar as perdas, arriscaram-se a entrar no prédio e recuperaram alguns objetos.

No dia seguinte ao sinistro, com os escombros ainda cobertos de fumaça, um grupo de servidores da Casa acompanhados pelos bombeiros vistoriou o prédio evidenciando que a maior parte dos andares e do telhado haviam colapsado, transformando salas de exposições, gabinetes, laboratórios e reservas técnicas em uma montanha de escombros. O livro *500 dias de Resgate: Memória, coragem e imagem* (RODRIGUES-CARVALHO, 2021) detalha como se deu esse processo.

Fotografia 4 – Vista aérea do Museu Nacional após o incêndio.



Fonte: Thiago Ribeiro (2018).

Mesmo frente a toda devastação, havia esperança na recuperação do Museu Nacional, com vários segmentos da sociedade oferecendo-se para o trabalho voluntário. No dia 9 de setembro, durante uma reunião de planejamento de ações de resgate com um pequeno grupo de servidores, foi criado o Núcleo de Resgate de Acervos do Museu Nacional (também conhecido como Equipe de Resgate de Acervos do Museu Nacional), responsável por coordenar as ações de salvamento do acervo institucional (RODRIGUES-CARVALHO, 2021).

Fotografia 5 – Equipe de Resgate de Acervos do Museu Nacional reunida dentro do Palácio de São Cristóvão.



Fonte: Rodrigues-Carvalho (2021, p. 29).

De início, o Núcleo elaborou um protocolo preliminar de ações paralelas ao reconhecimento da situação em que o museu e acervo se encontravam, ciente de que a real dimensão do sinistro só seria percebida no decorrer das ações de resgate. Várias entidades e instituições contribuíram para colocar o protocolo de resgate em prática, auxiliando na aquisição de materiais e equipamentos para realizar um trabalho seguro. Entre essas, pode-se citar: o próprio Museu Nacional, a UFRJ, a Associação Amigos do Museu Nacional (SAMN), o IBRAM, o IPHAN, o ICOM, o ICCROM, o UNESCO, o Ministério Federal das Relações Externas (do Governo da Alemanha) e outras entidades museais e científicas (RODRIGUES-CARVALHO, 2021).

O Núcleo de Resgate, firme no propósito de devolver à sociedade o Museu Nacional, com seu acervo, história e conhecimento, criou o Núcleo de Conservação, formado por curadores e conservadores da equipe que já atuava no resgate, com a finalidade de organizar e realizar protocolos sistemáticos visando a preservação das peças resgatadas (RODRIGUES-CARVALHO, 2021).

As atividades de salvamento tiveram início ainda no mês de setembro de 2018. A primeira etapa foi a retirada dos objetos de dentro do Palácio, buscando-se entender a deposição dos materiais nos diferentes locais em que se encontravam, sendo necessário adaptar protocolos e metodologias à materialidade dos diversos acervos (RODRIGUES-CARVALHO, 2021).

Fotografia 6 – Resgate de peças da Reserva Técnica da arqueologia.



Fonte: Rodrigues-Carvalho (2021, p. 122).

A próxima etapa foi a triagem, num espaço anexo ao Palácio, no qual as peças eram recebidas, fotografadas e registradas com um número de identificação segundo o local da retirada, suas características e, quando possível, a coleção em que se inseria. Na triagem, também se utilizavam peneiras para auxiliar na separação de fragmentos e peças dos escombros, já que parte do acervo foi soterrado. Alunos voluntários de graduação e pós-graduação auxiliaram nessa atividade complementar, que necessitava de muita atenção, paciência e tempo. Assim foi possível dar conta da demanda de material resgatado (RODRIGUES-CARVALHO, 2021).

Fotografia 7 – Trabalho com peneiras para separar fragmentos de peças de escombros.



Fonte: Rodrigues-Carvalho (2021, p. 71).

A terceira etapa do resgate foi a higienização e estabilização. As peças eram mandadas da triagem para o laboratório de conservação, onde o Núcleo de Conservação realizava a higienização superficial a seco das peças, com trinchas de cerdas macias e aspiradores de sucção controlada, retirando as sujidades superficiais das peças, como poeiras, fuligem e partículas

sólidas levemente aderidas (RODRIGUES-CARVALHO, 2021). O protocolo de higienização era adaptado às fragilidades e danos maiores que algumas peças apresentavam, como descamação de pigmentos, fragmentação de objetos em rocha calcárea e adesão de material vítreo. Algumas passavam pelo processo de estabilização para sanar danos mais urgentes, na maior parte estruturais, desacelerando temporariamente o processo de degradação e preparando para uma ação restaurativa e conservativa posterior. Consistiu na aplicação de adesivos e consolidantes, previamente testados em protótipos para assegurar o uso da melhor substância as materialidades dos objetos. Nesta fase, como aluna do curso de graduação de Conservação e Restauração da UFRJ, colaborei na higienização de parte das coleções arqueológicas e etnológicas resgatadas sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Neuvânia Curty Ghetti.

Fotografia 8 – Dois integrantes do Núcleo de Conservação do Restauração higienizam uma peça resgatada.



Fonte: Rodrigues-Carvalho (2021, p. 41).

A fase final do resgate foi o acondicionamento das peças higienizadas para proporcionar uma guarda segura e facilitar a movimentação e manuseio nas reservas técnicas provisórias (RODRIGUES-CARVALHO, 2021). O tipo de embalagem e o material utilizado variavam de acordo com a materialidade da peça. Assim, a peça recebia uma embalagem personalizada, adequada ao tamanho, peso, volume e forma, a fim de evitar a movimentação e o surgimento de novos danos. Peças com grande sensibilidade à umidade tinham sua embalagem planejada para o uso de sílica gel, de maneira que os níveis de umidade ficassem controlados e a sílica gel não entrasse em contato direto com as peças. As caixas com o material acondicionado eram identificadas no interior e exterior com o número de registro recebido na triagem e encaminhadas para as áreas de guarda provisória em contêineres e colocadas em estantes de ferro, sendo monitoradas e vistoriadas regularmente.

Fotografia 9 – Acondicionamento de estatuetas de servidores funerários (Shabits).



Fonte: Rodrigues-Carvalho (2021, p. 42).

O registro fotográfico acompanhou todas as atividades do Núcleo de Resgate e do Núcleo de Conservação, utilizando diferentes dispositivos como câmeras, celulares, tablets e drones – na captura de imagens aéreas e dos escombros do Palácio (RODRIGUES-CARVALHO, 2021). Importante lembrar que o resgate do Museu Nacional é um trabalho ainda em processo e essas foram as ações emergenciais tomadas até então para o salvamento e a documentação do acervo e do Palácio, importantes patrimônios nacionais.

Considerando que o incêndio atingiu o Palácio de formas diferentes, parte do museu foi afetada diretamente pelas chamas, e o calor gerado pelo fogo enfraqueceu estruturalmente algumas áreas causando o colapso dos andares e do telhado. Dessa forma, algumas coleções e reservas técnicas não sofreram com a ação do fogo, mas foram soterradas pelos escombros. Nos dias que se seguiram ao sinistro, com a sede do Museu Nacional vulnerável à ação climática devido à falta de um telhado no bloco da frente, as peças ficaram expostas às chuvas, problema sanado posteriormente com a construção do telhado provisório. No geral, as salas da exposição ao público foram impactadas de formas distintas, e os objetos abrigados nas vitrines reagiram de acordo com as suas materialidades. Materiais mais frágeis à ação do calor e da água sofreram mais e alguns se perderam completamente.

Parte considerável das coleções foram resgatadas, embora em estados diferentes de conservação. Das Coleções Etnológicas, aproximadamente quinhentos objetos estavam em exposição em sua maioria materiais orgânicos – plumária, madeira e cestaria – e inorgânicos – líticos, cerâmica e metal. Poucos exemplares foram resgatados. Das Coleções (Bio)Antropológicas compostas por material ósseo de remanescentes humanos, que passavam por uma revisão crítica, o material foi muito afetado pelo colapso estrutural do prédio, sendo minuciosamente coletado. Das Coleções Zoológicas, grande parte do acervo não se encontrava no Palácio, abrigado em prédios no Horto Botânico. As peças que permaneceram na sede foram afetadas de maneiras diferentes. Exemplares das coleções de entomologia e aracnologia foram

perdidos. Contudo, as coleções formadas por materiais de estrutura rígida, como conchas, e material ósseo foram mais resistentes ao incêndio.

Das Coleções Paleontológicas, formadas, na maior parte, por artefatos coletados em expedições e por objetos adquiridos durante o Brasil Império, sobreviveu a maior parte dos fósseis, devido a sua composição mineral. Apenas a coleção de Paleopalinologia foi totalmente destruída. As Coleções Geológicas, originárias das primeiras expedições científicas no país, formam o grupo com a maior taxa de peças resgatadas, pela sua natureza material de maior resistência ao incêndio. Graças à preservação do número de tombo escrito nessas peças, a identificação do acervo foi facilitada.

Por fim, abordaremos as Coleções Arqueológicas. Formadas por peças das mais variadas temporalidades, pesos, dimensões, indo de objetos milimétricos a outros com mais de um metro – e materialidades, como: tecidos, líticos, ossos de animais, vidros, metais, louças, cerâmicas, entre outros –, encontravam-se em diversas salas de exposição, gabinetes, laboratórios, além das reservas técnicas. Devido às características individuais das próprias peças, o resgate e a identificação dessas coleções apresentaram alguns obstáculos, necessitando de cuidados e conhecimentos específicos para distinguir objetos que apresentavam as mesmas características materiais dos escombros, como as cerâmicas que poderiam ser confundidas com fragmentos de telhas e de tijolos. Apesar da perda de alguns objetos, como foi o caso das múmias, muitos foram salvos. As reservas técnicas de arqueologia sofreram com o desabamento dos pisos superiores e do telhado, além da ação do fogo e da água. Em virtude do acondicionamento das peças em armários de aço, vários objetos permaneceram íntegros ou sofreram poucos danos. As peças que estavam em áreas de exposição sofreram mais, com algumas não resistindo às altas temperaturas e ficando completamente fragmentadas, e outras com aderência de materiais como os vidros das vitrines. Por outro lado, o fogo expôs objetos que estavam “ocultos” por muitos anos, como o escaravelho coração que se encontrava no interior da múmia Sha-Amun-em-Su.

Fotografia 10 – Primeiras peças cerâmicas das coleções arqueológicas resgatadas.



Fonte: Rodrigues-Carvalho (2021, p. 115).

O incêndio virou um marco na trajetória do Museu Nacional e de suas coleções, fechando um ciclo de forma dolorosa, porém iniciando um novo com um sentimento de renascimento e esperança graças ao trabalho das equipes do Núcleo de Resgate de Acervos do Museu Nacional, Núcleo de Conservação do Resgate, colaboradores e voluntários. Atualmente, as peças encontram-se em um novo local de guarda, onde parte aguarda o prosseguimento de novas ações de conservação e restauração. Algumas já estão passando por intervenções realizadas por profissionais da área de conservação e restauração. No dia 2 de setembro 2022, quatro anos após o incêndio, foi reinaugurada a fachada do Palácio, marcando mais uma etapa para o retorno do Museu Nacional à população.

3.2 LEVANTAMENTO DE DANOS E DIAGNÓSTICO

O levantamento de dados sobre o estado de conservação das peças é uma etapa fundamental para que um plano de ação de conservação preventiva seja elaborado para atender as necessidades do grupo de peças aqui estudado, até que procedimentos de restauração sejam realizados no futuro. As cinco peças analisadas faziam parte de um grupo de dez urnas originais e duas réplicas, de acordo com a base de dados Archaios, exclusivo do setor de arqueologia do Museu Nacional.

Fotografia 11 – Conjunto de urnas Marajoara registradas no programa Archaivos.



Fonte: Archaivos.

O grupo de peças analisado é constituído por cinco peças bem distintas: urna antropomórfica com decoração incisa, excisa, pintada e detalhes em apêndice; urna cônica com decoração zoomórfica excisa e grafismos geométricos incisos; tampa de urna com decoração incisa; urna periforme com decoração pintada e incisa; e urna zoomorfa de corpo esférico com decoração excisa, pintada e detalhes em apêndice.

Fotografia 12 – Objetos de estudo.



Fonte: Archaivos.

Para poder dimensionar a gravidade e estado de conservação de cada peça, foi elaborada a “Ficha de Diagnósticos para Cerâmicas Arqueológicas Resgatadas” que será apresentada mais à frente. O desenvolvimento desta foi pautado em conjunto com as aulas de *Introdução à*

Conservação Arqueológica do curso de Conservação e Restauração da UFRJ ministradas pela Prof^a. Dr^a. Neuvânia Ghetti, na identificação visual das peças resgatadas na Reserva Técnica, nas características dos materiais cerâmicos e como esses são afetados pelos agentes de deterioração.

A primeira etapa foi definir que informações seriam necessárias para identificar cada peça dentro do museu de forma que abrangesse as características individuais e dados antes e pós-incêndio. Assim, os primeiros campos a serem preenchidos foram dedicados a informações mais técnicas dos objetos, como: número de registro; departamento que essas fazem parte; localização atual; local em que foram resgatadas; a tipologia; e as dimensões com a altura máxima e diâmetro máximo das peças. Buscando uma melhor visualização do objeto, foram acrescentados campos para a visão geral do objeto antes e pós-incêndio a serem completados com fotos, e para a descrição formal e estilística. Passou-se, então, para estudo do material cerâmico de modo a elaborar os campos sobre o estado de conservação atual, fundamentais para o levantamento de danos.

Para as cerâmicas arqueológicas, os processos de deterioração mais abruptos se iniciam quando são escavadas nos sítios, já que, ao serem retiradas do solo, são imediatamente expostas a um ambiente completamente diferente do qual permaneceram por um longo período. Ações de conservação e restauração devem ser tomadas com os objetos nesse momento, evitando que o processo de deterioração se agrave e que esses possam ser retirados do sítio em segurança para serem posteriormente analisados em laboratório. Por fim, com as peças já estabilizadas e documentadas, essas devem ser transferidas para reservas técnicas ou áreas de exposição, sendo monitoradas continuamente para que possíveis processos de deterioração sejam rapidamente identificados e controlados. Idealmente, esse seria o percurso do artefato arqueológico do sítio ao local de guarda atualmente. Porém, nos séculos passados, o cenário era outro.

Na época em que as urnas Marajoara aqui apresentadas chegaram ao Museu Nacional, não havia uma grande consciência sobre a conservação dos objetos *in situ*, resultando na ausência de medidas para preservação imediata ou aplicação de métodos hoje vistos como inadequados, como a lavagem de cerâmicas inteiras em água corrente. Em seguida, as peças já eram integradas às áreas expositivas e reservas técnicas, permanecendo nesses espaços por muito tempo. À medida que o entendimento sobre a preservação patrimonial aumenta, essas passam a serem acompanhadas por medidas de conservação e restauração, propiciando a sua permanência íntegra até o incêndio.

Fotografia 13 – Betty Meggers e Clifford Evans lavando urna no Rio Anajás após escavação.



Fonte: Meggers *apud* Schaan (2009, p. 160).

Ressaltamos que, no momento do sinistro, as urnas foram expostas de maneira repentina a temperaturas muito altas, às pressões físicas em sua estrutura e à alta umidade decorrente do combate às chamas, gerando uma série de processos de degradação. Assim, é preciso compreender as características dos materiais cerâmicos para prosseguir com a análise dos objetos de estudo.

As cerâmicas têm como matéria prima a argila. Essa consiste em uma pasta heterogênea composta por sílica, alumínio, água, impurezas e outros componentes que variam com o tipo de pasta argilosa. Sua composição básica é $Al_2O_3 \cdot 2SiO_2 \cdot 2H_2O$. A presença de água é a responsável pela característica plástica do material, tornando-o muito maleável até a transformação irreversível da pasta argilosa provocada pela eliminação da água no processo do cozimento, ficando rígida e conservando a forma que lhe foi imposta (PROUS, 1992). A queima é o processo mais delicado na fabricação de cerâmicas, pois, fatores como grau de cocção, temperatura e tempo de queima influenciam diretamente a redução, o escurecimento e a coloração do material final, podendo ocorrer a quebra desse durante essa etapa.

A deterioração de qualquer materialidade é inevitável, porém pode ser controlada com processos de conservação e restauração. As cerâmicas são classificadas como material inorgânico, que pode apresentar propriedades físicas variadas de acordo com a sua composição e processo de manufatura, sendo vulneráveis a diferentes agentes de deterioração que podem ser divididos em duas categorias: os fatores ambientais, que ocasionam danos devido ao desequilíbrio do ambiente com a cerâmica; e as intervenções humanas, danos causados pela ação do homem (LIMA, 2002).

Os fatores ambientais são externos à materialidade, podendo, de acordo com a arqueóloga Silvia Lima (2002, p. 271), serem agrupados entre causa física, química e biológica. Os aprofundamentos desses fatores foram discriminados pelos conservadores-restauradores Luis Antônio Cruz Souza e Yacy-Ara Froner em *Tópicos em Conservação Preventiva – 4* (2008). Os fatores físicos são relacionados à temperatura, à umidade relativa do ar, à luz natural ou artificial e à resistência mecânica. As cerâmicas, apesar de moderadamente resistentes, apresentam menor resistência mecânica do que outros materiais inorgânicos, como metais e rochas. Assim, são mais suscetíveis a danos por impactos e pressões físicas, podendo sofrer abrasões, desgastes, fissuras e quebras. Por outro lado, são pouco frágeis a luminosidade, não sofrendo alterações em sua superfície causadas pela radiação na ausência de acabamentos vitrificados. Caso a peça cerâmica tenha esses ou outros tipos de tratamentos de superfície (pátinas, resinas e engobos), pode ocorrer o esmaecimento da peça, alterando a coloração desses (SOUZA; FRONER, 2008).

Grandes flutuações de umidade relativa do ar causam a migração de sais solúveis, ocasionando a cristalização na superfície e poros da peça nos períodos de baixa umidade relativa, provocando o eventual colapso estrutural. Cerâmicas vitrificadas ou com policromia, além da fragilidade do suporte, podem sofrer descamações e desprendimento desses revestimentos (SOUZA; FRONER, 2008). Temperaturas elevadas podem causar a dilatação térmica nos objetos cerâmicos, provocando fissuras e fragmentação do objeto em casos mais graves (FRONER, 1995).

Os fatores químicos estão relacionados ao contato com poluentes atmosféricos, poeira, ácidos e outras substâncias (LIMA, 2002). A poluição, o dióxido de carbono e a poeira atingem a camada superficial dos objetos cerâmicos com manchas, abrasões e adesões de sujidades superficiais. O contato com ácidos, água e outras substâncias quimicamente instáveis pode provocar a migração de sais solúveis, como a causada pela umidade relativa do ar (FRONER, 1995).

Os fatores biológicos são ligados ao ataque de micro-organismos, fungos, líquens ou insetos (LIMA, 2002). Esses costumam infestar peças em ambientes com alta umidade relativa do ar e alta temperatura, ocasionando a perda da coesão física do suporte, abrasões, desprendimentos, manchas, e afetando a coloração de cerâmicas policromada (SOUZA; FRONER, 2008). Algumas vezes, as cerâmicas podem ser contaminadas por resíduos orgânicos no sítio arqueológico, levando a migração de sais solúveis.

As intervenções humanas como fator de deterioração são ligadas muitas vezes à interferência direta no suporte cerâmico, podendo ocasionar a fragmentação da peça pelo

manuseio inapropriado, por acidentes e impactos durante o transporte, pelo local de exposição não oferecer segurança ou por acondicionamento incorreto. Procedimentos de conservação e restauração inadequados podem causar danos profundos às cerâmicas, como o uso de materiais impróprios e processos irreversíveis. Há, ainda, as deteriorações relacionadas ao vandalismo e roubo que podem levar à perda parcial ou total de um objeto (FRONER, 1995).

Teixeira e Ghizone (2012) ainda incluem mais um grupo de fatores deteriorantes: as catástrofes. Essas podem ter causas naturais – como inundações, terremotos e furacões – ou serem decorrentes de sinistros. Em todos os casos, as consequências ao patrimônio podem ser devastadoras, podendo levar até à perda total de coleções inteiras em casos críticos. No caso do incêndio do Museu Nacional, foi observado que o material cerâmico teve reações muito diversas ao contato com o fogo e as altas temperaturas. As catástrofes têm um alto potencial destrutivo independente da materialidade do objeto ou do acervo.

A partir desses fatores deteriorantes, selecionou-se os indicadores visuais de alteração que seriam de interesse para o diagnóstico das peças, de modo a compor uma avaliação das peças mais objetiva. Criou-se um campo para descrição desses indicadores de alterações, caso necessário, e um espaço para o mapa de danos a fim de apresentar uma análise mais ampla. Por fim, completou-se a ficha com campos para demais observações sobre o objeto, nome do responsável pelo diagnóstico e data da análise. Toda essa etapa culminou em formulário final que além de atender o seu propósito como meio de diagnóstico e levantamento de danos das urnas, também documenta o estado que essas se encontram pós-resgate, podendo auxiliar futuramente em intervenções de conservação e restauração que os objetos de estudo desse trabalho venham a passar.

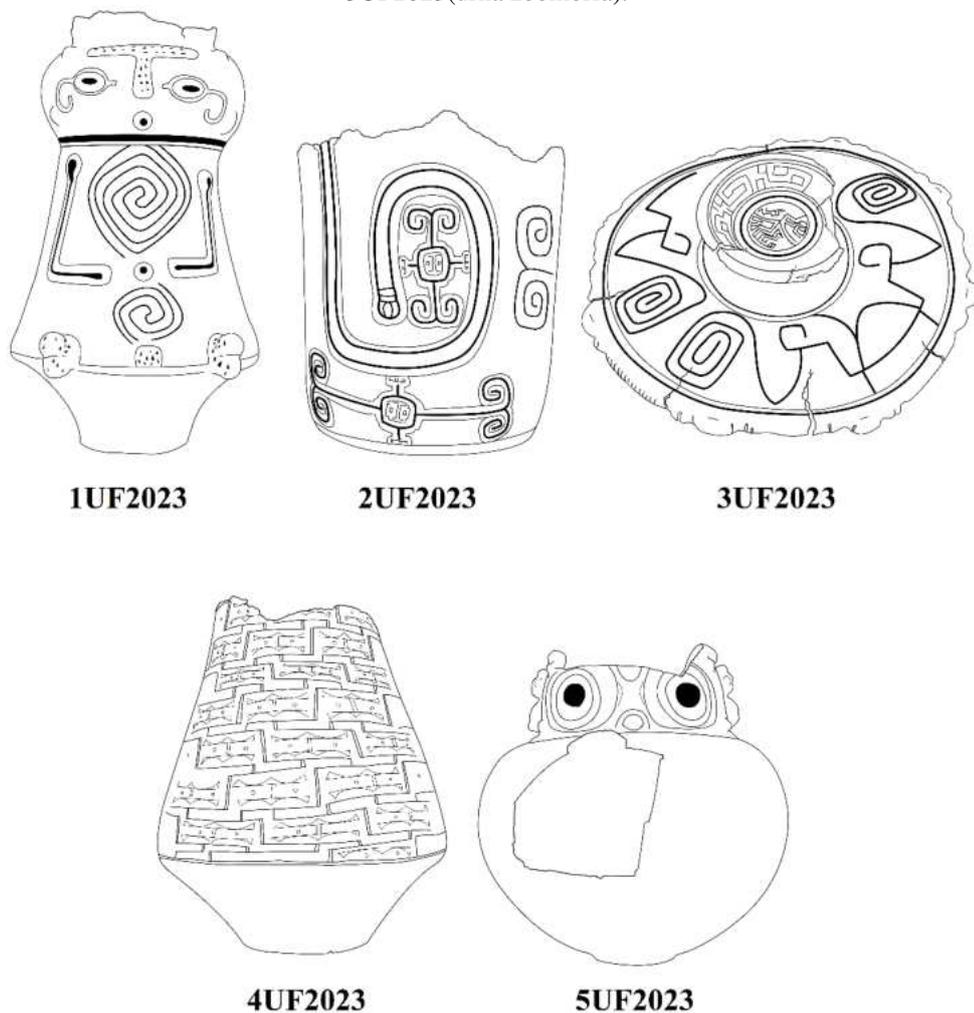
Das observações acima expostas, resultou a Ficha de Diagnóstico para Cerâmicas Arqueológicas Resgatadas (ver Apêndice A).

Com a ficha para o levantamento de danos pronta, prosseguiu-se a pesquisa de campo visitando o acervo resgatado do Museu Nacional. Essa etapa foi realizada com o apoio da equipe do Resgate das coleções arqueológicas, sendo orientada pela arqueóloga Angela Rabello durante os dias 4 e 11 de janeiro de 2023. O exame das peças foi supervisionado por ela, seguindo as diretrizes determinadas pela “Política de Acesso e Procedimentos da Reserva Técnica de Arqueologia do Museu Nacional” (MUSEU NACIONAL). Esse processo consistiu no exame organoléptico das peças, que gerou o mapeamento de danos, e no levantamento de dados catalográficos dos objetos pela base de dados Archaiois.

Algumas adaptações foram necessárias para que as diretrizes da política de acessos do museu fossem seguidas e para a própria segurança das peças: como número de registro no

resgate não pode ser divulgado, foi por mim criado um registro tripartido, com número, sigla da tipologia (UF: urna funerária) e ano da análise (2023); e desenhos (representações gráficas) do estado atual das peças, feitos no software Krita 5.1.5 a partir de imagens da autoria do arqueólogo e programador visual Pedro Luiz Von Seehausen da equipe de Resgate de Acervos. Os mapeamentos de danos que constam nas fichas também foram elaborados no mesmo software a partir dos desenhos. Esta metodologia adotada atende ao proposto para a coleta de dados e o levantamento de danos.

Desenho 2 – Representação gráfica dos objetos de estudo pós-incêndio com número de registro atribuído: 1UF2023 (urna antropomorfa); 2UF2023 (urna cônica); 3UF2023 (tampa de urna); 4UF2023 (urna periforme); 5UF2023(urna zoomorfa).



Fonte: autoria própria (2023).

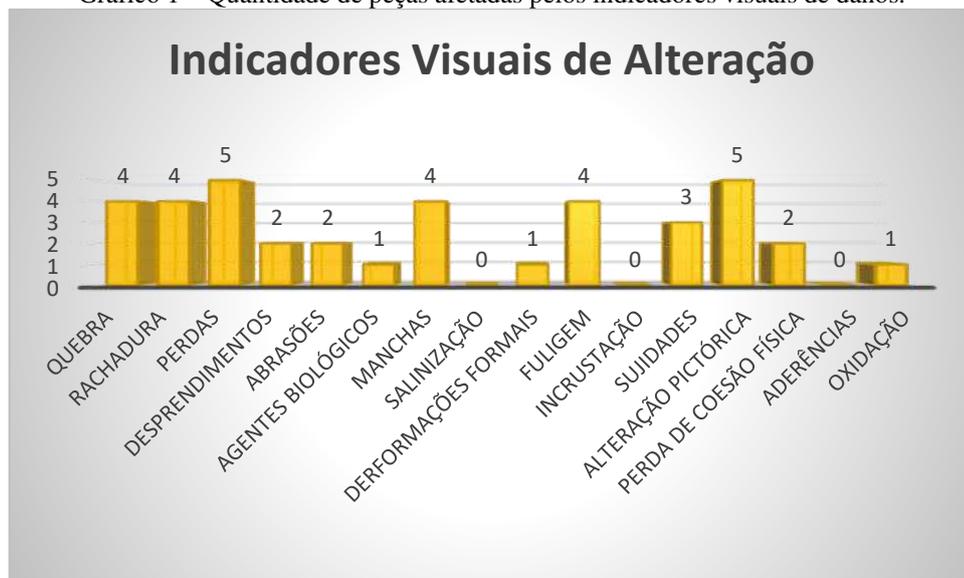
As fichas preenchidas (ver Apêndice B, C, D, E, F) resultaram em um diagnóstico sobre o estado de conservação das peças, o que será fundamental para a última etapa deste trabalho.

De princípio, chegou-se a uma conclusão a partir da identificação das peças: as informações coletadas sobre os dados particulares das peças resgatadas em comparação com as informações de todas as doze peças que faziam parte do grupo de urnas Marajoara registradas

no Archaio antes do incêndio, demonstraram que o sinistro afetou com mais gravidade os exemplares que estavam separados em uma sala do segundo pavimento reservadas para a remontagem da nova sala da exposição. Essas peças ficaram severamente fragmentadas de difícil reconstrução, não havendo a possibilidade de análise para esse trabalho. As cinco peças estavam na reserva técnica de Arqueologia e no armário do corredor de Antropologia. Além disso, uma observação importante foram as informações sobre o histórico de intervenções, que também foram coletadas durante o levantamento de danos, apresentando que quatro das urnas passaram por ações de conservação e restauração em 2002, sendo que duas dessas receberam processos de reintegração cromática e volumétrica. Como será visto mais a frente, esses fatores serão importantes para entender as outras consequências do incêndio.

No gráfico abaixo, pode-se observar a quantidade de peças que foi afetada por cada indicador.

Gráfico 1 – Quantidade de peças afetadas pelos indicadores visuais de danos.

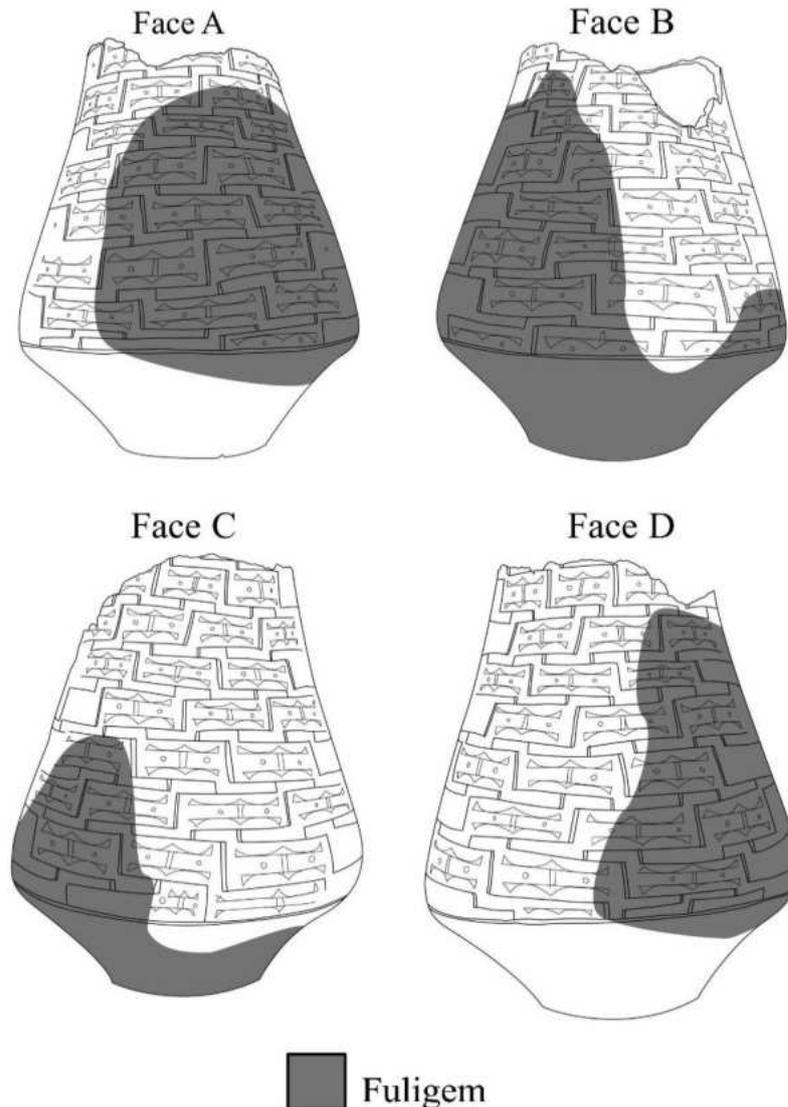


Fonte: autoria própria (2023).

A análise do levantamento de danos das urnas demonstra que três dessas estão em estado regular de conservação e duas estão em mau estado de conservação. Entre todas os indicadores visuais de alteração listados, apenas salinização, incrustação e aderências não foram identificadas. Entre as alterações mais encontradas, alguns pontos são importantes destacar: as perdas foram mais comuns nas bordas, áreas que são mais vulneráveis, com algumas urnas perdendo vários centímetros da altura total que tinha antes do incêndio, enquanto as peças 3UF2023 (tampa de urna) e 5UF2023 (urna zoomorfa) já apresentavam perdas anteriormente, como foi observado nas fotos de 2008; todas as peças sofreram alteração pictórica, provavelmente em decorrência das altas temperaturas causadas pelo fogo; as rachaduras variam entre superficiais a profundas, os objetos 2UF2023 (urna cônica) e 3UF2023 (tampa de urna),

que estavam na reserva técnica de Arqueologia, apresentam grande fragilidade pela perda da coesão física devido a essas; a urna 4UF2023 (urna periforme), que se encontrava no armário do corredor de Antropologia, foi a mais afetada pela fuligem com cerca de 60% da sua superfície externa atingida; e a maioria das manchas encontradas são aparentemente de resíduos dos elementos estruturais do Palácio, como gesso e concreto, que se misturaram a água.

Desenho 3 – Área atingida pela fuligem no objeto 4UF2023 (urna periforme).

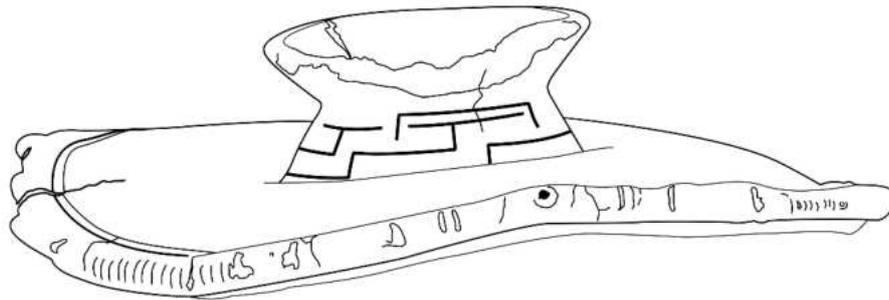


Fonte: Autoria própria (2023).

Algumas singularidades também foram observadas: a urna 4UF2023 (urna periforme) apresenta desprendimento, e até craquelamento, do engobo na área coberta pela fuligem; a urna 5UF2023 (urna zoomorfa) é a única com sinais de ataque biológico, possivelmente fungos, tendo tanto na superfície interna como na externa atingida; por fim, a peça 3UF2023 (tampa de urna) é o único objeto com sinais de oxidação, sendo possível identificar esses nas fotos anteriores ao sinistro.

Todos esses fatores deixaram claro que as peças da reserva técnica não foram atingidas severamente pelo fogo, mas sofreram muito mais com o colapso estrutural do Palácio. Mesmo tendo a proteção dos armários de ferro em que estavam acondicionadas, essas urnas sofreram muitos mais com os danos que agridem a sua coesão estrutural. Um ponto interessante que foi observado na urna 5UF2023 (urna zoomorfa) é que as regiões que passaram por reintegração volumétrica 2002 são correspondentes as lacunas e perdas identificadas pós-incêndio, geradas provavelmente pelas altas temperaturas. A peça 3UF2023 (tampa de urna) também sofreu alterações devido à ação térmica, apresentando grande deformação formal. A partir disso, inferiu-se que a reserva técnica alcançou temperaturas muito altas. A urna 4UF2023 (urna periforme) apresenta sinais de que foi atingida diretamente pelo fogo. E, apesar de não ter sua estrutura física comprometida, foi a urna que mais sofreu alterações em relação a sua camada decorativa, com craquelamento, desprendimento e escurecimento do engobo e da decoração pintada. Por outro lado, as peças que estavam na sala reservada aguardando a remontagem da exposição foram atingidas diretamente pelo incêndio, pela ação da água durante o combate a esse e pelo desabamento do telhado, impossibilitando a sua identificação em meio aos diversos fragmentos de outras peças com que dividiam espaço. Por fim, ficou evidente que tanto a reserva técnica quanto os espaços expositivos foram expostos à presença de umidade, seja durante o combate às chamas ou posteriormente, com os dias chuvosos, até o telhado provisório ser instalado no palácio.

Desenho 4 – Deformação formal na peça 3UF2023 (tampa de urna).



Fonte: A autoria própria (2023).

Além do diagnóstico obtido com as fichas, realizou-se o estudo do entorno seguindo as recomendações do ICCROM (2016) sobre a análise das “camadas de entorno”³ do bem protegido através do gerenciamento de riscos para aplicação no plano de preservação preventiva. Em princípio, analisou-se a Região – área geográfica que engloba os espaços de guarda (Campus de Pesquisa e Ensino do Museu Nacional/UFRJ) e o Museu Nacional. Ambos

³ *Layers of enclosure* no original (ICCROM, 2016, p. 49).

são localizados no Bairro Imperial de São Cristóvão, zona Central do município do Rio de Janeiro, na Quinta da Boa Vista. Esta localidade apresenta grande circulação rodoviária e ferroviária, estando próxima das estações de trem e metrô e da rota de diferentes linhas de ônibus em direção ao Centro da cidade, sendo um dos principais pontos de baldeação intermodal no transporte público da cidade.

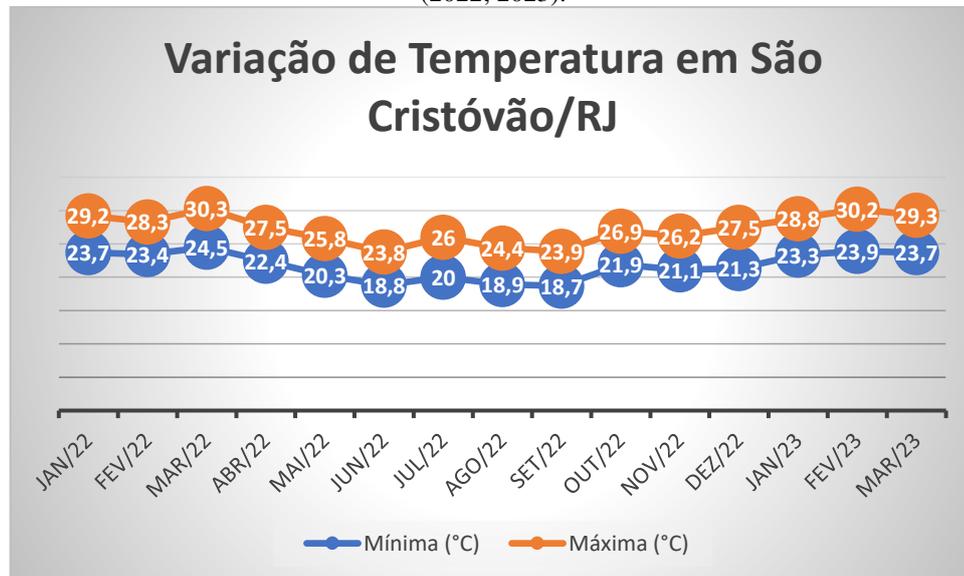
Fotografia 14 – Localização do Museu Nacional e do Campus de Pesquisa e Ensino do Museu Nacional/UFRJ.



Fonte: PPGAS – Museu Nacional.

O município do Rio de Janeiro tem como características climáticas as elevadas temperaturas, expressiva umidade e fortes chuvas durante o verão. Como podemos observar no gráfico abaixo – gerado a partir dos dados do site de monitoramento climático AccuWeather (2022; 2023) –, São Cristóvão apresentou ao longo do ano 2022 e nos primeiros meses de 2023 uma média de temperatura máxima alta, mas com flutuação moderada.

Gráfico 2 – Variação da média de temperatura máxima e mínima no Bairro Imperial de São Cristóvão durante o ano de 2022 e início do ano de 2023, com base nos dados do site de monitoramento climático AccuWeather (2022; 2023).



Durante os meses de verão, a região mostrou-se suscetível a alagamentos ao longo dos anos. Essas ocorrências são causadas, principalmente, pelo crescimento urbano, pela falta de adequação das redes de esgoto, pelas interferências no relevo natural por sistemas viários e ferroviários e pela impermeabilização do solo pelo asfalto na cidade do Rio de Janeiro (COSTA; CONCEIÇÃO; AMANTE, 2018).

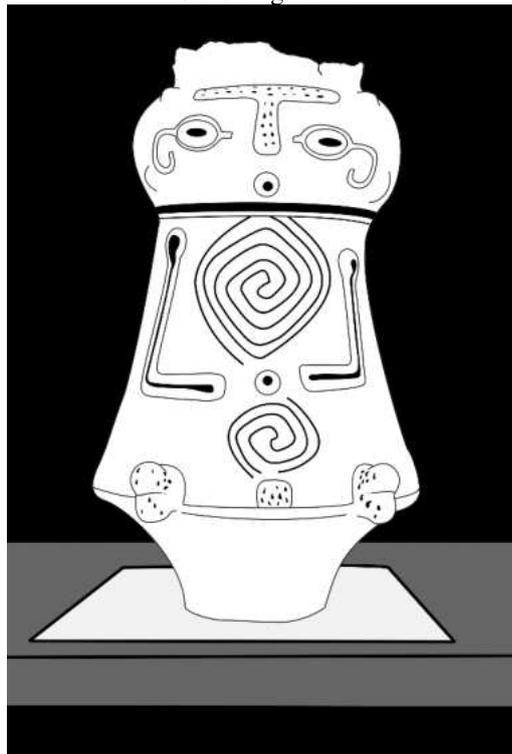
Com essas informações sobre a região, prosseguiu-se a análise da próxima camada, o local (*site*), ou o campus que o prédio – local de guarda – se encontra. O Campus de Pesquisa e Ensino do Museu Nacional/UFRJ está situado numa região de relevo mais baixo em relação a seus arredores, apresentando risco potencial de alagamento em decorrência disso e dos fatores apresentados anteriormente. Além disso, dentro do campus, há a presença de muitas árvores e vegetação rasteira, propiciando, juntamente com as características climáticas da região, a presença de agentes biológicos, como insetos e roedores. A falta de manutenção e limpeza da área pode gerar problemas com a deposição de folhas em telhados, calhas e vias de escoamento, afetando diretamente todas as edificações presentes no campus.

As camadas seguintes, o prédio e a sala (reserva técnica), apresentam risco potencial da presença de agentes biológicos e infiltrações caso haja a falta de manutenção. O prédio, de caráter temporário, foi construído sobre uma fundação que se projeta acima do solo, diminuindo consideravelmente o risco de alagamentos dentro do prédio. Os corredores também apresentam uma ventilação e iluminação natural, auxiliando no controle de temperatura das peças

resgatadas da arqueologia e diminuição da necessidade de iluminação artificial no interior do prédio, respectivamente.

As salas do resgate da arqueologia abrigam peças de características materiais semelhantes, cerâmicas na maior parte, acondicionadas em estantes de metal. O tipo de acondicionamento é adequado à dimensão das peças, com itens menores dentro de caixas de polipropileno forradas com placas de espuma de polietileno expandido (Ethafoam) e peças de grande porte, como as urnas aqui estudadas, depositadas nas estantes sobre Ethafoam – recebendo outros pontos de apoio desse mesmo material quando necessário. Todas as peças estão identificadas com etiquetas de papel contendo o número de registro do resgate. A iluminação artificial é feita por lâmpadas tubulares de LED, atingido os objetos direta e indiretamente de acordo com a sua posição nas estantes. As janelas permitem a entrada de luz natural.

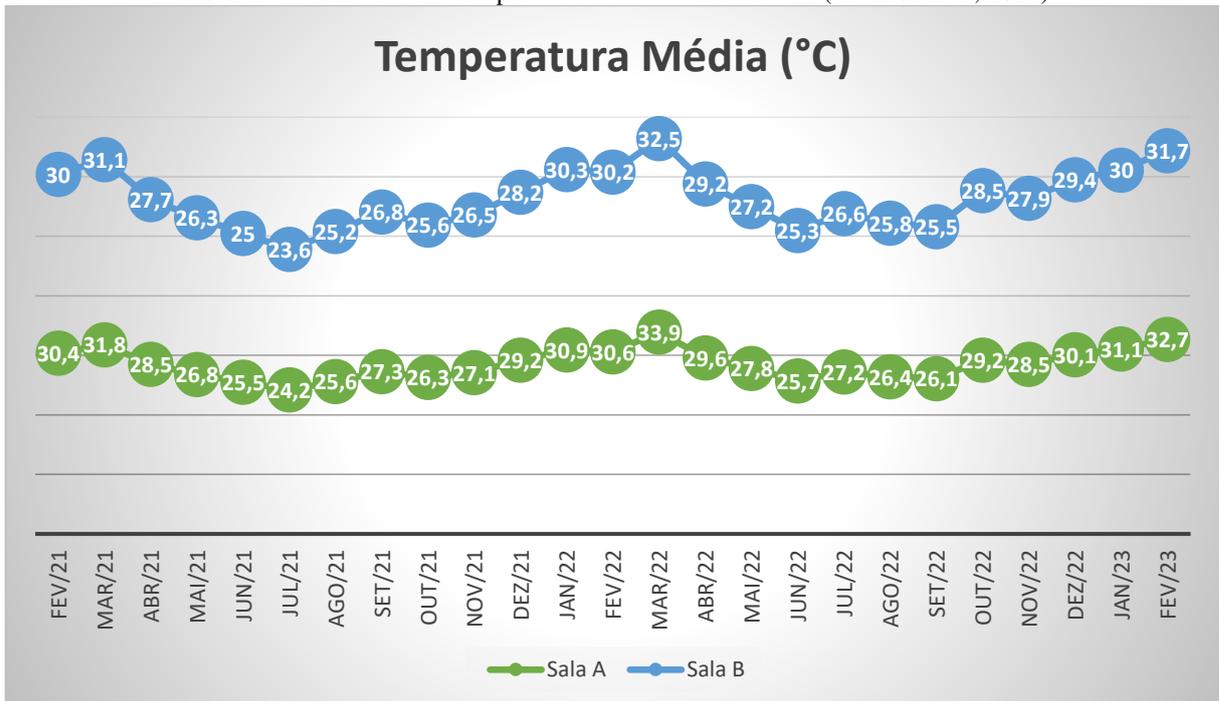
Desenho 5 – Representação do acondicionamento de peças de grande porte na prateleira da estante de metal das salas de guarda.



Fonte: A autoria própria (2023).

As urnas estão acondicionadas em duas salas, que nomeamos como Sala A e Sala B, essas possuem um sistema de monitoramento da temperatura e umidade relativa (JZ DIGITAL, 2021), que coleta os dados climático por hora. A partir desses dados foi possível analisar o impacto desses nas urnas.

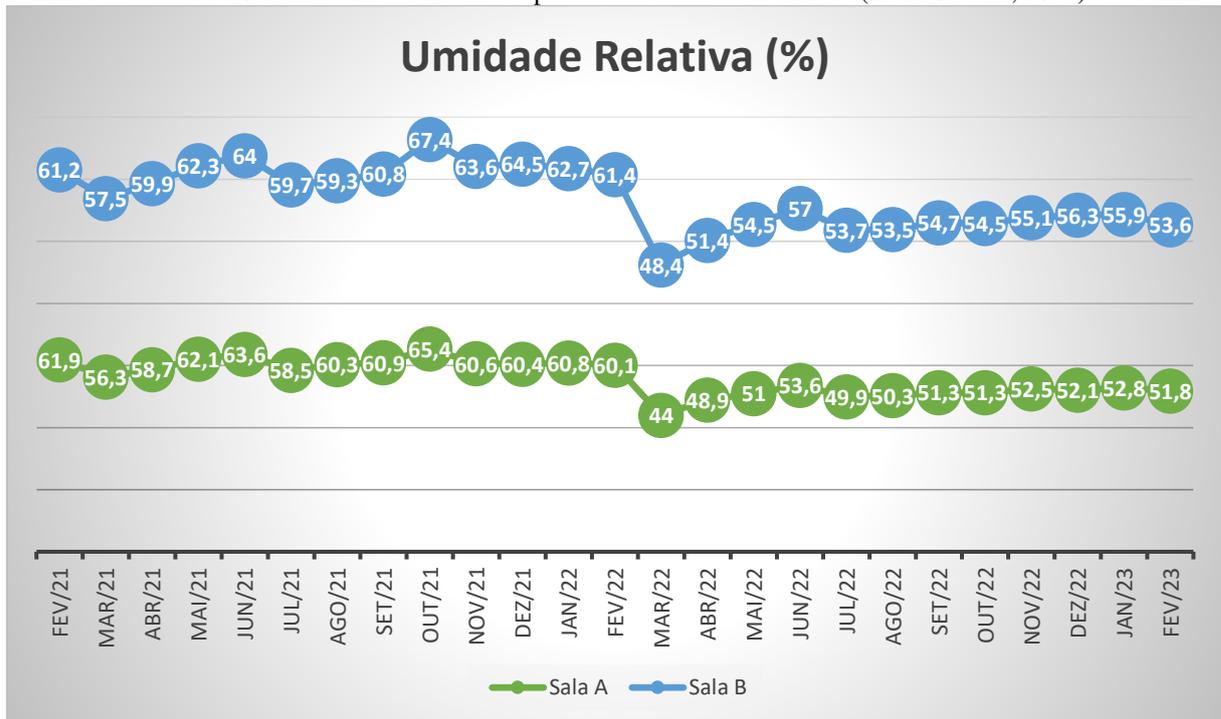
Gráfico 3 – Variação de temperatura média nas Salas A e B ao longo de 2021, 2022 e 2023, com base nos dados do Sistema de monitoramento para o MN – Museu Nacional (JZ DIGITAL, 2021).



Fonte: Autoria própria (2023).

Observou-se que a temperatura média dentro das salas do prédio de guarda não é muito diferente da temperatura externa do bairro de São Cristóvão mostrada no Gráfico 1. Não houve grande flutuação de temperatura ao longo do tempo, demonstrando baixa probabilidade de impacto aos objetos. Ambas as salas apresentam sistema de climatização intermitente e possuem janelas que permitem a circulação de ar natural, auxiliando no controle de temperatura.

Gráfico 4 – Variação da umidade relativa média nas Salas A e B ao longo de 2021,2022 e 2023, com base nos dados do Sistema de monitoramento para o MN – Museu Nacional (JZ DIGITAL, 2021).



Fonte: Autoria própria (2023).

A umidade relativa durante o primeiro ano de coleta de dados pelo Sistema de monitoramento para o MN – Museu Nacional – foi mais alta, diminuindo a partir de março de 2022 quando foi implementado o uso de desumidificadores nas salas. Em nenhum momento as salas apresentaram umidade relativa superior a 70%. Assim, o risco de incidência de aparecimento de fungos e outros microrganismos, e de ataque biológico é reduzido (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012). Não houve flutuações bruscas, demonstrando baixa possibilidade de migração de sais solúveis (salinização).

Por fim, a última etapa de análise foi referente à documentação dos objetos resgatados. Esta é uma parte muito importante para salvaguarda das urnas, pois é o primeiro processo para um bem passar a integrar o acervo de uma instituição, é o momento que ele começa a “existir” dentro museu, ganhando um número de tomo e passando a compor o inventário. O incêndio gerou uma ausência de parte da documentação existente sobre os objetos do Museu Nacional. Para o setor de Arqueologia, a perda de informação foi menor graças a base de dados Archaivos que contém os dados referentes à grande parte das peças, havendo, em muitos casos, a transcrição do Livro de Tombo da instituição, que ficava sob a guarda da reserva técnica de Etnologia, de quando essas foram incorporadas ao museu. Como foi mencionado anteriormente, todas as peças resgatadas receberam um novo número de registro, e como parte da salvaguarda

dessas um novo inventário vem sendo desenvolvido, diminuindo o risco de dissociação das coleções e perda das informações restantes.

Todas as análises aqui realizadas culminaram na última etapa deste trabalho: a elaboração do plano de conservação preventiva. O diagnóstico apresentado demonstra como o processo da preservação patrimonial é amplo e envolve diferentes esferas do museu (interdisciplinaridade), cabendo ao profissional de conservação e restauro a investigação para os próximos passos serem tomados juntamente à equipe da instituição.

3.3 UMA PROPOSTA DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA PARA URNAS MARAJOARA

A tomada de decisões para um plano de conservação preventiva exige dos restauradores não só priorizar o saneamento dos fatores de risco mais urgentes, mas também gerenciar como os recursos disponíveis devem atender as demandas para a salvaguarda dos bens patrimoniais. Assim, propondo mudanças aplicáveis à realidade da equipe da instituição que lidará direta ou indiretamente com a coleção.

Uma parte fundamental para a aplicação de uma proposta de conservação preventiva é o planejamento (ICCROM, 1996). Nesse trabalho, optamos pelo foco na aplicação inicial de pequenas mudanças, que exigem menos recursos orçamentários e menos pessoal, são de implementação rápida e podem ser significativas na conservação das urnas até que essas passem por restaurações futuras. Para isso, dividimos em quatro grupos as propostas de acordo com os agentes de degradação a serem combatidos, sendo: *documentação*; *condicionamento*; *movimentação*; *influências externas*. Cada um desses grupos envolve medidas que atingem diferentes esferas do Museu Nacional, focando nos profissionais que lidam diariamente com as urnas e demais objetos cerâmicos acondicionados nas salas A e B.

Proposta 1: DOCUMENTAÇÃO

A documentação é primordial no processo de preservação de um bem. Através dela acontece a gestão segura do bem dentro da instituição, permitindo que o acesso a esse e a suas informações seja potencializado para além do ambiente do museu. Ademais, otimiza a realização de ações como localizar, levantar dados, histórico e registro de ações de conservação e restauração. Desse modo, um sistema de documentação adequado atua como ferramenta de rastreio da movimentação do objeto, dentro e fora do museu, e de proteção contra os riscos de dissociação e perda parcial ou total por furto não identificado.

Uma primeira ação proposta, que está em andamento, é a *digitalização da documentação gerada durante o resgate* que consiste em fichas preenchidas a mão no momento

da triagem após a retirada dos objetos do palácio, com a foto do material resgatado. Cada ficha recebeu um número de registro de acordo com a numeração da planta baixa do prédio que serviu para o mapeamento dos espaços e materiais resgatados, complementada com informações sobre o objeto resgatado. Essa ação teve como objetivo assegurar um meio de acesso e proteção às informações em caso de perda da ficha da Triagem e facilitar a consulta de informações e objetos específico por filtros de pesquisas presentes nos sistemas de computador. A atualização regular do inventário pós-incêndio que os setores do Museu Nacional vêm realizando é fundamental para que mais informações sobre os bens não sejam perdidas, sendo parte do processo de recuperação do acervo.

Recomenda-se que a base de dados Archaivos também seja atualizado, porém essa é uma ação que demanda mais recursos e necessita de um técnico em informática à disposição do setor de arqueologia. Propõe-se no momento a inclusão da situação do objeto pós-incêndio (resgatado ou não resgatado) e o número recebido durante o resgate no campo de observações já disponível no sistema. É fundamental a criação de cópias de segurança dos documentos digitais (backups) como garantia em caso de uma falha do sistema dos computadores. A melhor forma para isso é a criação de backups regulares em drives online e em mídia físicas, como o hd externo.

Uma última ação proposta para a *Documentação* é a realização de uma lista do conteúdo em cada sala de guarda (ICCRUM, 1996). Essa deve informar o os objetos que estão acondicionados e sua localização dentro da sala, funcionando como um modo de tornar a busca de objetos dentro das salas mais eficiente. Segue a abaixo o exemplo proposto da lista de conteúdo:

Figura 2 – Exemplo da Lista de Conteúdo proposta.

Lista de conteúdo – Sala A		
1UF2023	Estante 3	Prateleira 5
3UF2023	Estante 5	Prateleira 3
4UF2023	Estante 8	Prateleira 5

Fonte: autoria própria (2023).

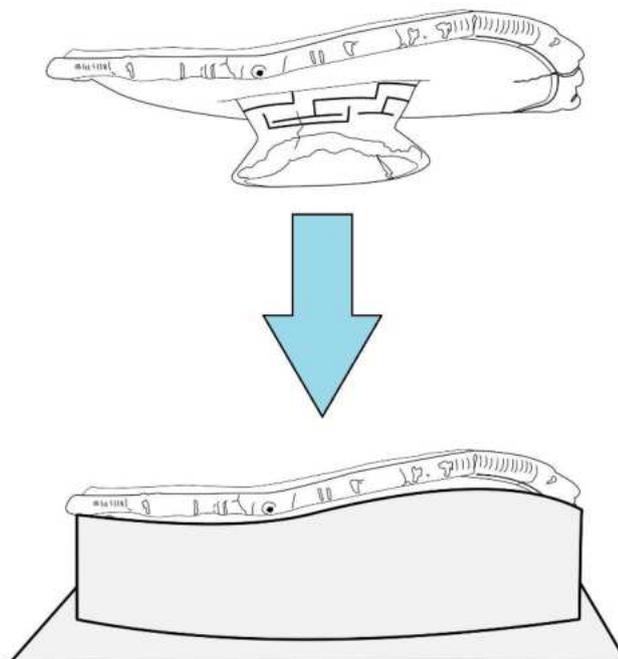
Proposta 2: ACONDICIONAMENTO

O *acondicionamento* trata da maneira que os bens são armazenados dentro de reservas técnicas e outros locais de guarda. Nesses espaços, o mobiliário, a manutenção e a organização devem ser propícios para que as coleções sejam mantidas de forma segura. A escolha do mobiliário e do material utilizado no acondicionamento deve ser adequada ao objeto,

considerando sua estabilidade física e química, vulnerabilidade a agentes de degradação e o estado de conservação deste. A disposição correta dos itens acondicionados no mobiliário também evita que esses sofram danos devido à superlotação.

A primeira ação proposta para esse grupo é um novo acondicionamento para o objeto 3UF2023 (tampa de urna) devido à fragilidade em sua coesão física detectada durante o levantamento de danos. O modelo proposto consiste no uso de um aro de apoio na borda feito placas de Ethafoam de maior espessura fixo sobre uma placa do mesmo material. Assim, proporcionando a estabilização física do suporte e evitando o agravamento do estado de conservação e danos potenciais como quebra e aparecimento de novas rachaduras.

Desenho 6 – Exemplo do acondicionamento proposto para a peça 3UF2023 (tampa de urna).



Fonte: autoria própria (2023).

As estantes metálicas que guardam os materiais resgatados devem ser vistoriadas regularmente, a fim de detectar objetos que necessitam de novas embalagens ou estabilizações físicas do suporte, assim como identificar e isolar itens que apresentam infestações ativas, como oxidação e ataque biológico, que podem colocar toda a coleção em risco. Essa ação de monitoramento verifica superficialmente o estado de conservação das peças e do mobiliário, observando se o armazenamento no último está adequado, prevenindo danos decorrentes da superlotação e do mau acondicionamento.

Sobre a manutenção das salas de guarda, recomenda-se que sejam higienizadas regularmente, restringindo-se apenas ao espaço físico sem tocar diretamente os objetos. A

limpeza é frequentemente subvalorizada, espaços sujos propiciam o aparecimento de agentes deteriorantes e a deposição de sujidades sobre as peças (ICCROM, 1996). Essa ação deve ser realizada juntamente com um projeto de conscientização da equipe de limpeza da instituição sobre as fragilidades da coleção, evitando possíveis acidentes por impactos físicos, uso de materiais de limpeza que podem ser danosos e umidade em excesso. Segundo Teixeira e Ghizoni (2012), os profissionais que cuidam da limpeza da instituição, quando devidamente orientados, são aliados para a conservação da coleção e até identificação de possíveis problemas, observando se há a presença de goteiras, vazamentos, manchas e excrementos de animais e insetos nos espaços.

Proposta 3: MOVIMENTAÇÃO

A movimentação é uma atividade que envolve diversos riscos às peças quando realizada de maneira incorreta. Essa atividade envolve manuseio, embalagem e transporte adequados, exigindo um bom planejamento das etapas, a fim de garantir a segurança do objeto, desde pequenas movimentações, como deslocar um objeto entre bancadas, a maiores, como o transporte entre instituições. Aqui priorizamos a movimentação dentro do Museu Nacional, pois não há previsão de movimentações externas à instituição para as urnas.

Inicialmente, é necessária a criação de um conjunto de normas para o manuseio e transporte dos objetos que devem ser disponibilizadas a toda a equipe. Essas normas devem incluir: o uso de equipamento de proteção individual (EPI) adequados à materialidade do bem; a avaliação do estado de conservação antes da movimentação, observando se há locais de fragilidade para evitar possíveis danos; o manuseio com as duas mãos, uma peça por vez; os objetos grandes e pesados devem ser transportados por mais de uma pessoa; a preparação prévia dos locais para onde a peça será transportada; o planejamento das melhores rotas para a movimentação das peças dentro da instituição, priorizando os caminhos mais curtos e com menor circulação de pessoas; o uso de equipamento adequado às dimensões do objeto para o transporte, como bandejas forradas com Ethafoam para os menores e carrinhos forrados para os maiores; a movimentação lenta e com atenção ao caminho a ser percorrido; evitar movimentações e manuseios desnecessários.

Durante fase de levantamento de danos, observou-se que os corredores das salas A e B são estreitos, inviabilizando a movimentação das urnas e outras peças de grandes dimensões com o carrinho e a padiola forrada com Ethafoam, que a Equipe de Resgate de Acervos do Museu Nacional vinha usando para o transporte desses no campus do museu. Assim, propõe-se a aquisição de suportes deslizantes, que são mais compactos que o carrinho e a padiola,

permitindo a movimentação das peças de grande porte dentro das salas de guarda de maneira segura, evitando a necessidade do manuseio e carregamento por mais de uma pessoa. Esses suportes devem ser adaptados para o transporte, forrados com Ethafoam e com colocação de rodinhas de borracha ou silicone.

Desenho 7 – Representação gráfica do suporte deslizante para a movimentação de peças de grande porte dentro das salas de guarda.



Fonte: autoria própria (2023).

Proposta 4: INFLUÊNCIAS EXTERNAS

As influências externas são o último grupo de ações propostas nesse trabalho. Trata-se dos fatores de deterioração extremos, como incêndios e inundações, e/ou progressivos, como os causados pelas características das “camadas de entorno” das peças que foram apresentadas anteriormente. Não há como eliminar completamente esses fatores, porém podemos inibir sua atuação no acervo. Nesse grupo, foram priorizadas as ações de manutenção e de monitoramento do prédio e entorno.

Para prevenção de possíveis incêndios, recomenda-se a manutenção regular da rede elétrica, evitando grandes acidentes e falhas elétricas que podem danificar aparelhos e ocasionar curto-circuito. Uma ação simples, que pode ser executada pela própria equipe que lida com as

peças, é observar se há o aquecimento excessivo ou a presença de fumaça em tomadas, interruptores e aparelhos conectados. A potência das tomadas deve ser identificada com adesivos, e a ligação de múltiplos aparelhos a uma mesma tomada deve ser evitada. Outras ações importantes: a vistoria anual dos equipamentos de combate a incêndio, garantindo que esses estejam próprios para uso se necessário; o posicionamento estratégico de extintores, havendo uma placa que indique o tipo de extintor (água, pó químico, dióxido de carbono etc.) e a qual materialidade esses são aplicados; e a disponibilização em todas as salas e corredores de mapas do prédio que indiquem saídas de emergência e onde os equipamentos de combate a incêndios estão localizados.

Os prédios do Campus de Pesquisa e Ensino do Museu Nacional já possuem uma barreira natural contra enchentes que é a altura da fundação. Para evitar que outros danos decorrentes da ação da água e umidade – como infiltrações que colocam em risco não apenas os objetos como toda a edificação –, recomenda-se a manutenção e limpeza regular do telhado e das calhas. Em conjunto a isso, deve-se realizar regularmente a poda das árvores do campus, pois a deposição de folhas é uma das causas do entupimento de calhas, e troncos podem se apoiar sobre os telhados danificando esse e permitindo a entrada de água e animais.

Os equipamentos que fazem o controle ambiental devem passar por manutenções periódicas, como: a limpeza de filtros dos aparelhos de ar-condicionado; e o esvaziamento do compartimento dos desumidificadores quando cheio. Apesar do material cerâmico não apresentar grande fragilidade para danos causados pela luz, as peças que possuem decoração pintada são mais vulneráveis. Dessa forma, recomenda-se a instalação de filtros aderidos às janelas que barram a entrada de radiação ultravioleta. Por fim, é a necessária a aplicação de métodos que impeçam a entrada de agentes biológicos nos prédios de guarda, já que esses são muito presentes no entorno e no campus do Museu Nacional. A instalação de telas nas janelas e de protetores que vedam o espaço entre o chão e a porta podem bloquear parte da entrada de agentes biológicos. A poda regular das áreas gramadas do campus também auxilia na diminuição da presença de insetos. O controle de roedores é feito de forma natural, pois há muitos gatos nos arredores do Museu que são predadores desses animais.

Uma vez que as propostas sejam aplicadas, deve-se monitorar regularmente como está sendo o desenvolvimento dessas na preservação dos bens, podendo haver ajustes quando necessário. Após cinco anos da implementação do plano de conservação preventiva, indica-se a reavaliação desse, buscando atender as novas necessidades das peças e salas de guarda. Esse processo pode ocorrer anteriormente caso ocorram mudanças bruscas que alterem a situação do museu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conservação preventiva é um trabalho cíclico integrado, que não termina com a aplicação de um plano e não é restrito aos profissionais que lidam diretamente na preservação patrimonial. É preciso constante monitoramento, observando mudanças no estado de conservação das peças e nos fatores de risco, envolvendo todas as esferas do museu como agentes atuantes na salvaguarda patrimonial. Cabe enfatizar que os conservadores-restauradores devem atuar como os responsáveis por analisar, elaborar e orientar esse processo.

No caso em estudo na presente investigação, observou-se que durante o levantamento de danos ficou evidente que as urnas deverão passar por intervenções de restauração no futuro, com prioridade para aquelas que estão em estado mais urgente devido ao comprometimento de sua coesão física. As informações coletadas durante a pesquisa aqui desenvolvida e o diagnóstico apresentado podem auxiliar no processo teórico que antecede a restauração.

Futuramente, outras propostas de conservação preventiva, que demandam recursos maiores, poderão ser implementadas no Museu Nacional. Além da formação de uma brigada de incêndio, recentemente criada, é necessário uma equipe de emergência para suprimir possíveis ocorrências que causem danos à instituição; a criação de manual de orientações para o manuseio de peças em colaboração com os diferentes setores responsáveis pelas coleções do museu, estabelecendo diretrizes para as diferentes materialidades, proporcionando mais segurança para as peças.

A educação patrimonial é, também, um instrumento importante para a contínua preservação dos bens, atuando como um processo ativo na geração de conhecimento, valorização do patrimônio e comunicação entre o museu e a população. Dessa forma, deve-se promover campanhas educativas integrando os funcionários e prestadores de serviço da instituição e a sociedade, gerando mais aliados na salvaguarda do Museu.

No momento atual, no qual há grande necessidade do resgate e da valorização da cultura dos povos originários combatendo a perda da memória de parte da história nacional, torna-se mais evidente a importância da preservação do patrimônio representado pelo Museu Nacional e seu acervo. Nesse sentido, o presente trabalho, mesmo que envolvendo uma pequena parte do material resgatado, busca ser mais um passo em direção à devolução desse importante Museu para a nação Brasileira.

REFERÊNCIAS

- ACCUWEATHER, Inc. **Monitoramento climático São Cristóvão**. Estados Unidos, 2022. Disponível em: <https://www.accuweather.com/pt/br/s%C3%A3o-crist%C3%B3v%C3%A3o/2729725/january-weather/2729725?year=2022> Acesso em: 19 de jun. 2023.
- ACCUWEATHER, Inc. **Monitoramento climático São Cristóvão**. Estados Unidos, 2023. Disponível em: <https://www.accuweather.com/pt/br/s%C3%A3o-crist%C3%B3v%C3%A3o/2729725/january-weather/2729725?year=2023> Acesso em: 19 de jun. 2023.
- AMÉLIO, A. P. **Do barro à prata: joias baseadas na cultura marajoara**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Design com habilitação em Projeto de Produto) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2012.
- AMORIM, L. B. **Cerâmica marajoara: a comunicação do silêncio**. Belém: Museu Emílio Goeldi, 2010.
- BARRETO, C. Arqueologia Brasileira. Uma perspectiva histórica e comparada. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3, p. 201-212, 1999a.
- BARRETO, C. A construção de um passado pré-histórico: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez./fev. 1999b.
- BOITO, C. **Os restauradores**. Tradução de Paulo Mugayar Külh e Beatriz Mugayar Külh. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Külh. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 15 de jun. 2023.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 6 dez. 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf Acesso em 15 de jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 3924**, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 27 jul. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13924.htm Acesso em 15 de jun. 2023.
- BRASIL. IPHAN. **Portaria nº 196**, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_maio_2016.pdf> Acesso em 15 de jun. 2023.

BRASIL. IPHAN. **Portaria n° 375**, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf> Acesso em 15 de jun. 2023.

BUENO, L. M. R. Arqueologia, Patrimônio e Sociedade: Quem define a agenda? **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 26, p. 55-72, dez. 2011.

CAPUCCI, V. Z. **Fragments de cerâmica brasileira**. São Paulo: Nacional, 1987.

CHAVES, W. M. B. **Urnas Funerárias: Os Marajoaras e suas Representações Visuais**. Dissertação (Mestrado em Design) – Programa de Pós-graduação em Designer, Universidade de Brasília. Brasília, 2020.

COSTA, E. M. Presença/Ausência de museus na Amazônia Marajoara: entre desafios e perspectivas contemporâneas. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 87-103, set./dez. 2020.

COSTA, A. J.; CONCEIÇÃO, R.; AMANTE, F. As enchentes urbanas e o crescimento da Cidade do Rio de Janeiro: Estudos em direção a uma cartografia das enchentes urbanas. **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, n. 32, 2018.

DANTAS, R. M. M. C. **A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional**. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

DANTAS, R. M. M. C. Museu Nacional: 200 anos de história. *In: Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas*. Brasília: Ibram, 2018. p. 64-76.

DIAS, C. C. O Museu Nacional: formando e conformando o patrimônio nacional. **ILHA Revista de Antropologia**, Santa Catarina, v. 8, n. 1,2, jan./dez. 2006.

DUARTE, L. F. D. O Museu Nacional: ciência e educação numa história institucional brasileira. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 25, n. 53, p. 359-384, jan./abr. 2019.

FRONER, Y. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: Ética, conceitos e critérios. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 5, p. 291-301, 1995.

FUNARI, P. P. A. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, v. 1, p. 23-41, 1994.

GOOGLE ARTS & CULTURE. **Arqueologia Brasileira do Museu Nacional**. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/igXBMsSGN0j4JQ> Acesso em 19 jun. 2023.

GOOGLE MAPS. **Ilha de Marajó**. 1 imagens de satélite. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Ilha+de+Maraj%C3%B3/@-0.8823494,-49.8671505,9.04z/data=!4m6!3m5!1s0x92a187d84facc207:0x93ec7977b5b95e2d!8m2!3d-0.9401984!4d-49.6393095!16zL20vMDJ5NWxn?entry=ttu> Acesso em: 19 jun. 2023.

GOMES, D. M. C. História da arqueologia amazônica no Museu Nacional: diferentes narrativas. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 1, p. 3-27, 2020.

ICOMOS. **Carta de Burra**. Burra: ICOMOS, 1980. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>> Acesso em 15 de jun. 2023.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em 15 de jun. 2023.

ICOMOS; ICAHM. **Carta de Lausanne**. Lausanne: ICOMOS/ICAHM, 1990. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>> Acesso em 21 de jun. 2023.

ICCROM. **A preventive conservation calendar for the smaller museum**. Roma: ICCROM, 1996. Disponível em: <https://www.iccrom.org/sites/default/files/Manual%20-%20A%20preventive%20conservation%20calendar%20for%20the%20smaller%20museums_OPT.pdf> Acesso em 15 de jun. 2023.

ICCROM; GOVERNMENT OF CANADA, Canadian Conservation Institute. **A guide to risk management of cultural heritage**. Canadá: ICCROM, 2016. Disponível em: <https://www.iccrom.org/sites/default/files/2017-12/risk_management_guide_english_web.pdf> Acesso em 15 de jun. 2023.

ITÁLIA. Ministério de Instrução Pública. **Carta do Restauro**, de 6 de abril de 1972. Circular n° 117. Itália, 6 abr. 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauro%201972.pdf>> Acesso em 15 de jun. 2023.

JZ DIGITAL. **Sistema de Monitoramento para o MN – Museu Nacional**. Rio de Janeiro, 2021. Sistema interno de monitoramento climático do Museu Nacional.

KELLNER, A. W. A. 200 anos do Museu Nacional/UFRJ – desafios e perspectivas. *In: Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas*. Brasília: Ibram, 2018. p. 40-51.

LANGER, J. **Ruínas e Mitos: A arqueologia no Brasil Império**. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000.

LIMA, M. R. S.; BARRETO, C.; LIMA, H.P. História de vida de uma urna Marajoara: reconectando contextos e significados. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 396-418, set./dez. 2020.

LIMA, S. C. Especificidades na restauração de cerâmicas arqueológicas: um estudo de caso. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 12, p. 269-281, 2002.

MORAES-WICHERS, C.A.; SANTOS, K.K.P.; SÁ, A.; OLIVEIRA, T.B. Para além dos objetos: experiências, narrativas e materialidades em processo de musealização da

arqueologia e do patrimônio cultural indígena. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 104-123, set./dez. 2020.

MUSEU NACIONAL. **Política de Acesso e Procedimentos da Reserva Técnica de Arqueologia do Museu Nacional, UFRJ**. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

MUSEU NACIONAL. **Archaios**. Rio de Janeiro. Programa de dados exclusivo do setor de arqueologia do Museu Nacional.

MUSEU NACIONAL. **Urna funerária**. 2017. 1 fotografia. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/urna-funeraria/eQEFgdLZDB4WPA> Acesso em: 19 jun. 2023.

NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

NEVES, E. G. Existe algo que se possa chamar de “arqueologia brasileira”? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 7-17, 2015.

POLO, M.J.A.; SILVA, L.D.R. A gestão das coleções arqueológicas no Museu Nacional, UFRJ: sobre caminhos pisados, desvios e continuidades inesperadas. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 63-86, set./dez. 2020.

PPGAS, Museu Nacional. [Sem título]. 1 fotografia. Disponível em: <https://ppgas.museunacional.ufrj.br/uploads/7/0/8/7/70878475/mapa-geral-horto-bot-nico.png> Acesso em 19 jun. 2023.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1992.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Teoria e métodos na análise cerâmica em arqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 8, p 287-294, 1998.

RIBEIRO, T. [Sem título]. 2018. 1 fotografia. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/04/o-que-se-sabe-sobre-o-incendio-no-museu-nacional-no-rio.ghtml> Acesso em 19 jun. 2023.

RODRIGUES-CARVALHO, C. (org.). **500 dias de Resgate – Memória, coragem e imagem = 500 days of Rescue – Memory, courage and image**. Editores: Luciana Carvalho, Gabriel Cardoso e Silvia Reis. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2021.

ROOSEVELT, A. C. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, M. C. (org.). **História dos Índios no Brasil**. Tradução de John Manuel Monteiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 53-86.

SANTOS, M. S. Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-302, 2000.

SCHAAN, D. P. **A linguagem iconográfica da cerâmica Marajoara**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SCHAAN, D. P. **Cultura Marajoara**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

SCHAAN, D. P. Into the labyrinths of Marajoara pottery: status and cultural identity in prehistoric Amazonia. *In*: MCEWAN, C.; BARRETO, C.; NEVES, E. (org.). **Unknow Amazon**. Londres: The British Museum Press, 2001. p. 108-133.

SCHAAN, D.P.; MARTINS, C.P.; PORTAL, V.L.M. Patrimônio Arqueológico do Marajó dos Campos. *In*: SCHAAN, D.P.; MARTINS C.P. (org.). **Muito Além dos Campos. Arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. 1.ed. Belém: GKNORONHA, 2010. p. 73-87.

SCHWARCZ, L.M.; DANTAS, R. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 46, p. 123-164, fev. 2008.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**. Atenas: Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações, 1931. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf> > Acesso em 15 de jun. 2023.

SOUZA, L. A. C. **Tópicos em conservação preventiva – 5**. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

SOUZA, L. A. C.; FRONER, Y. **Tópicos em conservação preventiva – 4**. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

TEIXEIRA, L.; GHIZONI, V. **Conservação Preventiva de Acervos**. Florianópolis: FCC, 2012.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – FICHA DE DIAGNÓTICO PARA CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS
RESGATADAS**

Ficha de Diagnóstico para Cerâmicas Arqueológicas Resgatadas	
Número de Registro	
Setor/Departamento	
Localização	
Local de Resgate	
Tipologia	
Dimensões	

Vista Geral do Objeto	
Antes do incêndio	Pós-incêndio

Descrição

Estado de conservação atual		<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Mau <input type="checkbox"/> Péssimo	
Indicadores visuais de alteração			
	Quebra		Deformações formais
	Rachadura		Fuligem
	Perdas		Incrustação
	Desprendimentos		Sujidades
	Abrasões		Alteração pictórica
	Agentes biológicos		Perda de coesão física
	Manchas		Aderências
	Salinização		Oxidação
Outros indicadores identificados			
Mapa de Danos			
Observações			
Responsável			
Data			

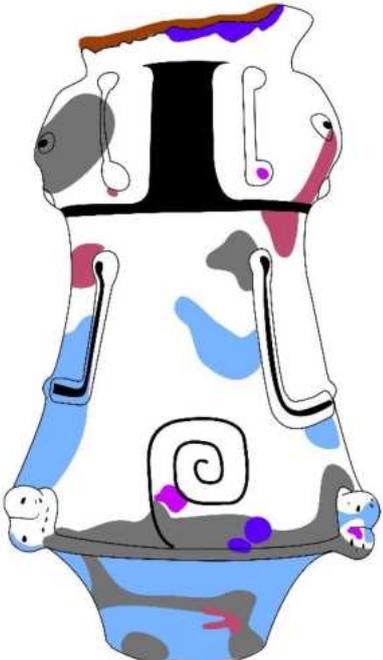
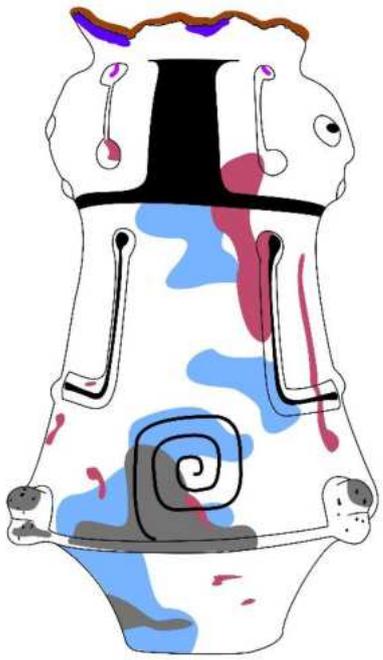
**APÊNDICE B – FICHA DE DIAGNÓSTICO PARA CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS
RESGATADAS: OBJETO 1UF2023**

Ficha de Diagnóstico para Cerâmicas Arqueológicas Resgatadas	
Número de Registro	1UF2023
Setor/Departamento	Núcleo de Resgate - Arqueologia
Localização	Resgate arqueologia
Local de Resgate	Reserva Técnica
Tipologia	Urna
Dimensões	Altura máxima – 61 cm. Diâmetro máximo – 30 cm.

Vista Geral do Objeto	
04/04/2005	Pós-incêndio
	

Descrição
<p>Urna Marajoara Antropomórfica. Corpo dividido entre cabeça e corpo. Cabeça com nariz, olhos, boca e orelhas feitos com excisão. Nariz em forma “T” com a boca abaixo desse. Olhos contornados com grafismos pintados de escorpião. Grafismos geométricos complementares preenchem toda a cabeça. Corpo com braços em “L” e umbigo feitos com excisão, e pés como apliques. Simbolismo sexual feminino (vulva) entre os pés. Base cônica sem decoração. Uma faixa vermelha divide a cabeça do corpo. Grafismos geométricos, principalmente espirais quadrangulares, incisos e/ou pintados com pigmento vermelho sobre engobo branco por toda a urna com exceção da base. A decoração usa a oposição como forma de organizar os elementos decorativos, assim os campos decorativos (faces) são iguais. Essas faces são divididas por uma faixa vermelha na cabeça e uma grande espiral quadrangular no corpo.</p>

Estado de conservação atual		<input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Mau <input type="checkbox"/> Péssimo	
Indicadores visuais de alteração			
X	Quebra		Deformações formais
	Rachadura	X	Fuligem
X	Perdas		Incrustação
	Desprendimentos	X	Sujidades
X	Abrasões	X	Alteração pictórica
	Agentes biológicos		Perda de coesão física
X	Manchas		Aderências
	Salinização		Oxidação
Outros indicadores identificados			
Quebra e perda de parte da borda. Marcas de desgastes e abrasões na decoração excisa, principalmente nos olhos e nariz. Esmacimento do pigmento vermelho e escurecimento do engobo. Sujidades e manchas de gesso espalhadas pela cabeça e pés. Marcas de fuligem próximas à borda e à base.			
Mapa de Danos			
Face A		Face B	
			

Lado A		Lado B	
			
Legenda			
	Quebra		Manchas
	Perdas		Fuligem
	Abrasões		Sujidades
Observações			
<p>A peça passou por procedimentos de restauração em 2002. O diagnóstico das peças foi realizado seguindo as diretrizes estabelecidas pela Política de Acesso e Procedimentos da Reserva Técnica de Arqueologia do Museu Nacional, UFRJ. Sendo autorizado apenas a divulgação de desenhos (representações gráficas) feitos a partir de fotos da autoria do arqueólogo e programador visual Pedro Luiz Von Seehausen da equipe de Resgate de Acervos.</p>			
Responsável	Patrícia Paschoal Silva		
Data	04/01/2023		

**APÊNDICE C – FICHA DE DIAGNÓTICO PARA CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS
RESGATADAS: OBJETO 2UF2023**

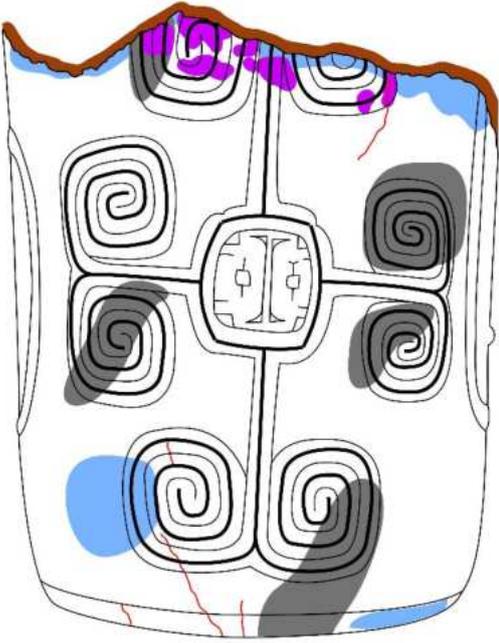
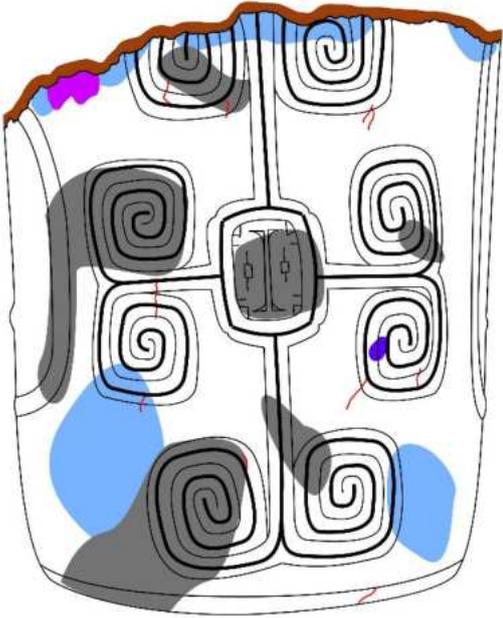
Ficha de Diagnóstico para Cerâmicas Arqueológicas Resgatadas	
Número de Registro	2UF2023
Setor/Departamento	Núcleo de Resgate - Arqueologia
Localização	Resgate arqueologia
Local de Resgate	Reserva Técnica
Tipologia	Urna
Dimensões	Altura máxima – 36 cm. Diâmetro máximo – 33 cm.

Vista Geral do Objeto	
23/06/2004	Pós-incêndio
	

Descrição

Urna Marajoara de corpo cilíndrico com decoração incisa e excisa. Grafismos geométricos incisos no formato de espirais quadrangulares preenchem todo o corpo externo da peça com uma serpente excisa se destacando em meio aos outros padrões decorativos também seguindo o formato de espiral quadrangular. A decoração usa a oposição como forma de organizar os elementos decorativos, assim os campos decorativos (faces) são iguais. A superfície interna alisada.

Estado de conservação atual		<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input checked="" type="checkbox"/> Mau	<input type="checkbox"/> Péssimo
Indicadores visuais de alteração					
X	Quebra			Deformações formais	
X	Rachadura	X		Fuligem	
X	Perdas			Incrustação	
	Desprendimentos	X		Sujidades	
X	Abrasões	X		Alteração pictórica	
	Agentes biológicos	X		Perda de coesão física	
	Manchas			Aderências	
	Salinização			Oxidação	
Outros indicadores identificados					
<p>A peça apresenta perda total da borda e parcial da parte superior da peça, com sujidades e partículas de gesso e de alvenaria visíveis no local da quebra. O suporte apresenta esmaecimento da coloração. A superfície interna está com marcas de fuligens e várias áreas com suporte desgastado. A estrutura se encontra fragilizada com rachaduras profundas presentes na parte superior da peça e circulando sua base.</p>					
Mapa de Danos					
Face A			Face B		

Lado A		Lado B	
			
Legenda			
 Quebra	 Abrasões		
 Rachadura	 Fuligem		
 Perdas	 Sujidades		
Observações			
<p>O diagnóstico das peças foi realizado seguindo as diretrizes estabelecidas pela Política de Acesso e Procedimentos da Reserva Técnica de Arqueologia do Museu Nacional, UFRJ. Sendo autorizado apenas a divulgação de desenhos (representações gráficas) feitos a partir de fotos da autoria do arqueólogo e programador visual Pedro Luiz Von Seehausen da equipe de Resgate de Acervos.</p>			
Responsável	Patrícia Paschoal Silva		
Data	04/01/2023		

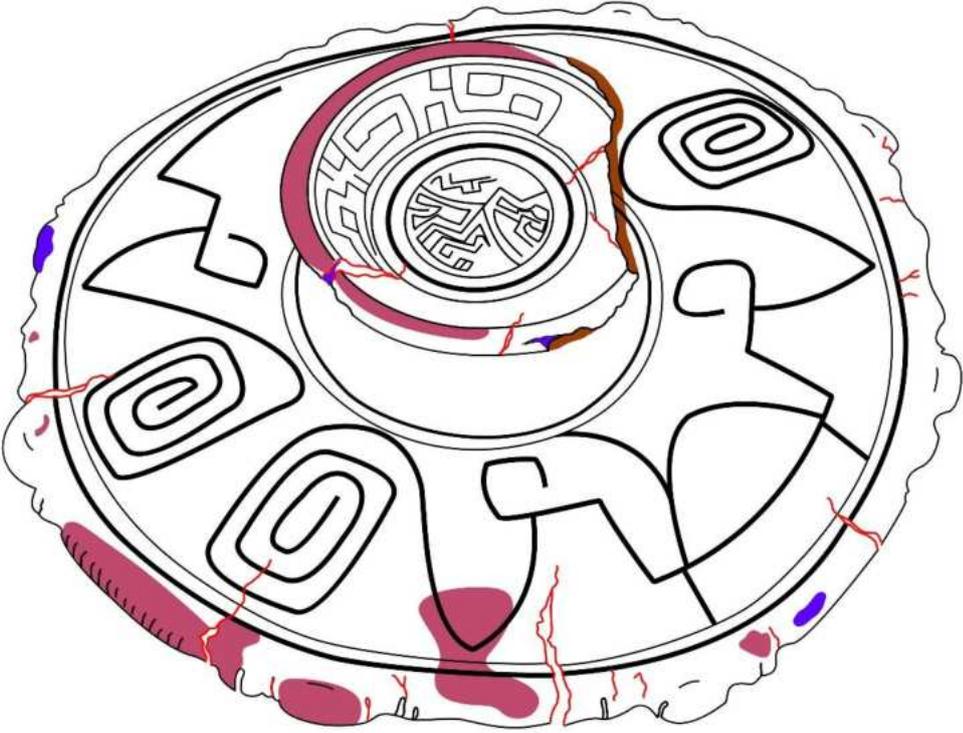
**APÊNDICE D – FICHA DE DIAGNÓTICO PARA CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS
RESGATADAS: OBJETO 3UF2023**

Ficha de Diagnóstico para Cerâmicas Arqueológicas Resgatadas	
Número de Registro	3UF2023
Setor/Departamento	Núcleo de Resgate - Arqueologia
Localização	Resgate arqueologia
Local de Resgate	Reserva Técnica
Tipologia	Tampa de urna
Dimensões	Altura máxima – 10,3 cm. Diâmetro máximo – 35 cm.

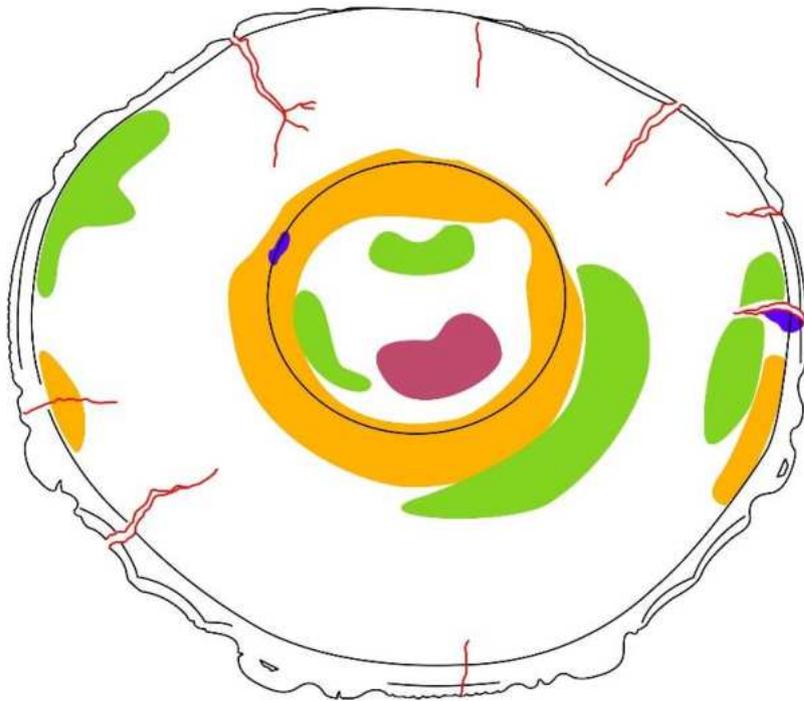
Vista Geral do Objeto	
22/06/2004	Pós-incêndio
	

Descrição

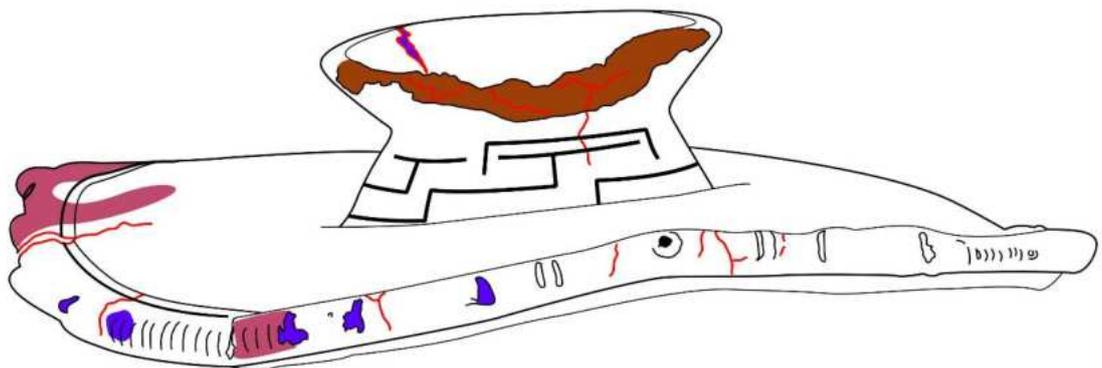
Tampa de urna Marajoara de formato circular com estrutura em forma de “carretel” centralizada no topo da tampa. Decoração incisa formando grafismos geométricos por toda a superfície externa. A borda apresenta decoração esculpida com formas arredondadas e traços incisos na lateral e parte inferior da borda. Peça coberta com pátina vermelha. Superfície interior alisada, sendo a estrutura no topo da tampa oca.

Estado de conservação atual		<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input checked="" type="checkbox"/> Mau <input type="checkbox"/> Péssimo	
Indicadores visuais de alteração			
X	Quebra	X	Deformações formais
X	Rachadura		Fuligem
X	Perdas		Incrustação
X	Desprendimentos		Sujidades
	Abrasões	X	Alteração pictórica
	Agentes biológicos	X	Perda de coesão física
X	Manchas		Aderências
	Salinização	X	Oxidação
Outros indicadores identificados			
<p>A peça apresenta grande deformação formal causada pelas altas temperaturas do incêndio. Rachaduras profundas são presentes por toda a peça. Pátina escurecida e com regiões de desprendimento. Superfície interna escurecida, com vestígios de oxidação na região oca da estrutura do topo da tampa. A peça encontra-se com a estrutura física muito fragilizada.</p>			
Mapa de Danos			
Topo			
			

Interior



Lado



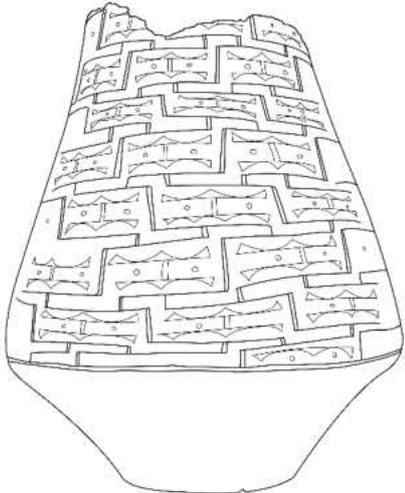
Legenda

 Quebra	 Desprendimentos
 Rachadura	 Manchas
 Perdas	 Oxidação

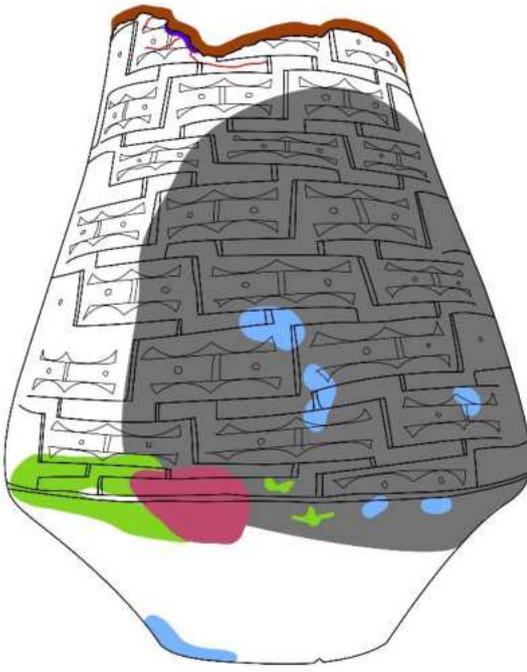
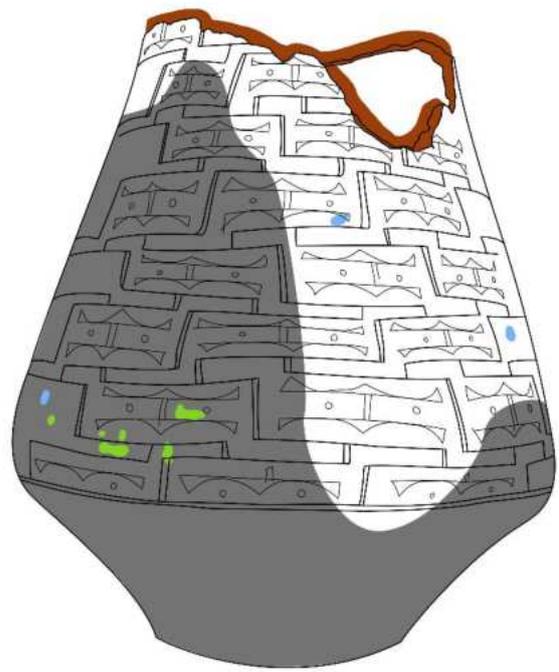
Observações	
<p>A tampa foi examinada ao inverso, superfície interna virada para cima, em decorrência da fragilidade estrutural. A peça passou por processos de restauração (reintegração volumétrica e reintegração cromática) em 2002. O diagnóstico das peças foi realizado seguindo as diretrizes estabelecidas pela Política de Acesso e Procedimentos da Reserva Técnica de Arqueologia do Museu Nacional, UFRJ. Sendo autorizado apenas a divulgação de desenhos (representações gráficas) feitos a partir de fotos da autoria do arqueólogo e programador visual Pedro Luiz Von Seehausen da equipe de Resgate de Acervos.</p>	
Responsável	Patrícia Paschoal Silva
Data	11/01/2023

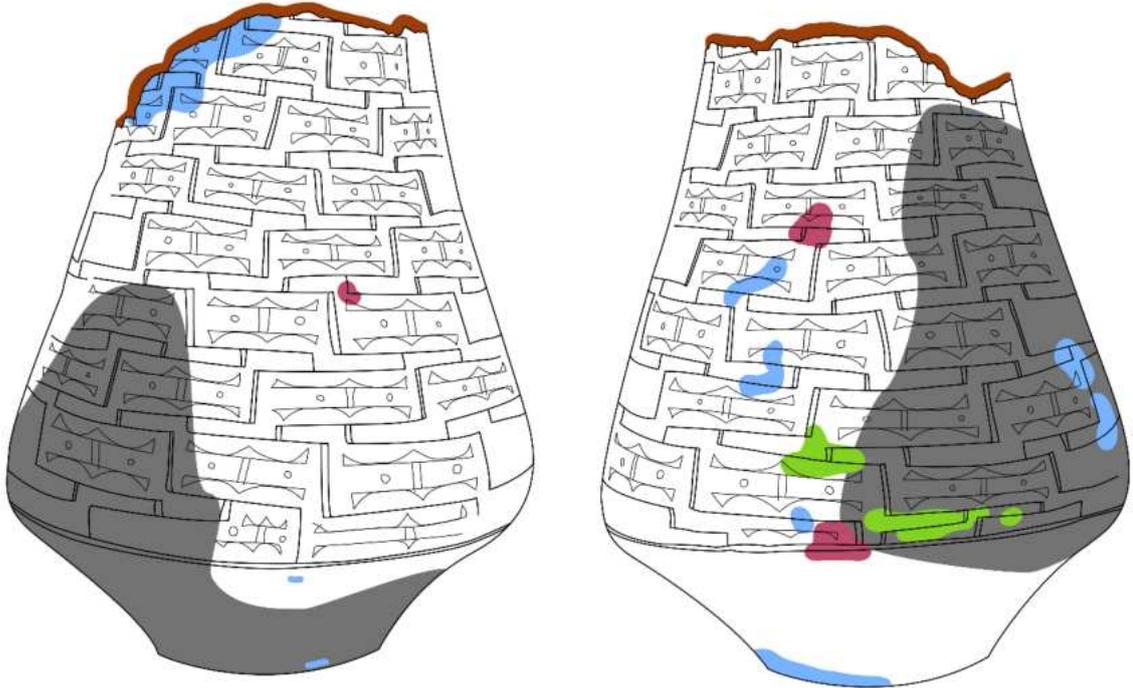
**APÊNDICE E – FICHA DE DIAGNÓTICO PARA CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS
RESGATADAS: OBJETO 4UF2023**

Ficha de Diagnóstico para Cerâmicas Arqueológicas Resgatadas	
Número de Registro	4UF2023
Setor/Departamento	Núcleo de Resgate - Arqueologia
Localização	Resgate arqueologia
Local de Resgate	Sala de exposição
Tipologia	Urna
Dimensões	Altura máxima – 45,5cm. Diâmetro máximo – 39,5cm.

Vista Geral do Objeto	
13/02/2006	Pós-incêndio
	

Descrição
Urna Marajoara com corpo periforme de base circular. Padrão decorativo com grafismos geométricos incisos e pintados com pigmento vermelho sobre engobo branco.

Estado de conservação atual		<input type="checkbox"/> Bom	<input checked="" type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Mau	<input type="checkbox"/> Péssimo
Indicadores visuais de alteração					
	Quebra				Deformações formais
X	Rachadura	X			Fuligem
X	Perdas				Incrustação
X	Desprendimentos	X			Sujidades
	Abrasões	X			Alteração pictórica
	Agentes biológicos				Perda de coesão física
X	Manchas				Aderências
	Salinização				Oxidação
Outros indicadores identificados					
<p>A peça apresenta perda da parte superior com pequenas rachaduras surgindo da região anterior ao sinistro. Há sinais de desgaste do suporte cerâmico próximos à base. O engobo está escurecido e a decoração pintada apresenta desprendimento do pigmento. Uma grande mancha de fuligem encobre cerca de 60% da superfície externa. Devido à alta temperatura houve o craquelamento da patina. Sujidades de gesso e alvenaria estão presentes por toda a peça.</p>					
Mapa de Danos					
Face A			Face B		
					

Face C		Face D	
			
Legenda			
—	Rachadura	■	Manchas
■	Perdas	■	Fuligem
■	Desprendimentos	■	Sujidades
Observações			
<p>A peça passou por procedimentos de conservação e restauração (higienização) em 2002. O diagnóstico das peças foi realizado seguindo as diretrizes estabelecidas pela Política de Acesso e Procedimentos da Reserva Técnica de Arqueologia do Museu Nacional, UFRJ. Sendo autorizado apenas a divulgação de desenhos (representações gráficas) feitos a partir de fotos da autoria do arqueólogo e programador visual Pedro Luiz Von Seehausen da equipe de Resgate de Acervos.</p>			
Responsável	Patrícia Paschoal Silva		
Data	11/01/2023		

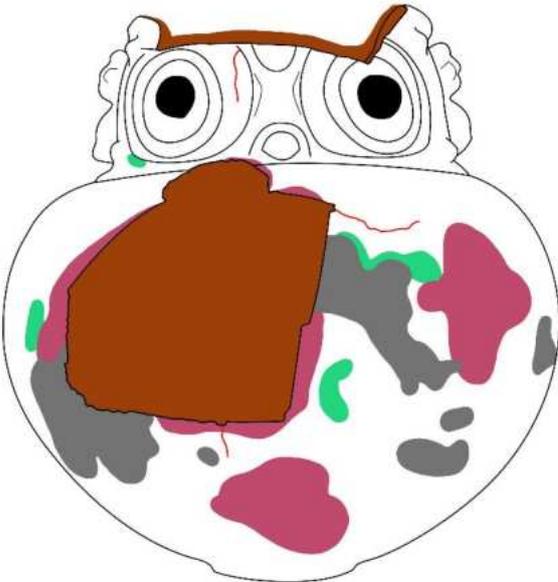
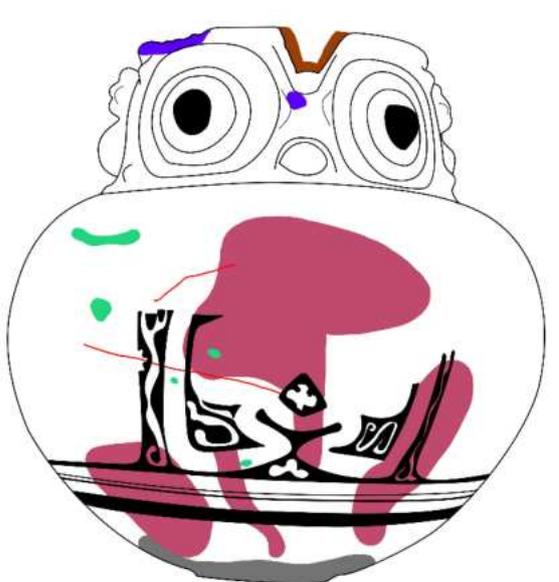
**APÊNDICE F – FICHA DE DIAGNÓSTICO PARA CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS
RESGATADAS: OBJETO 5UF2023**

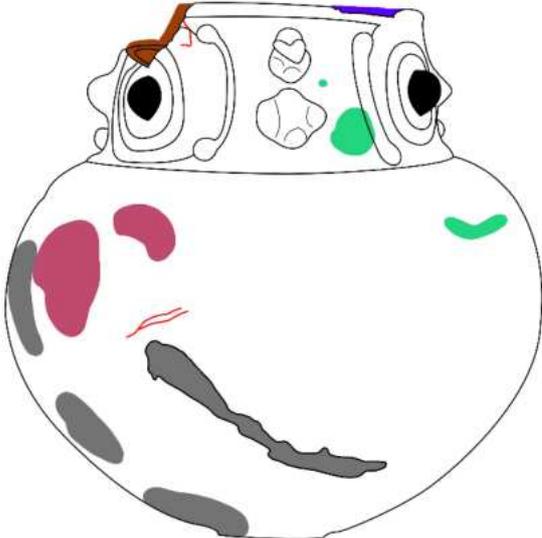
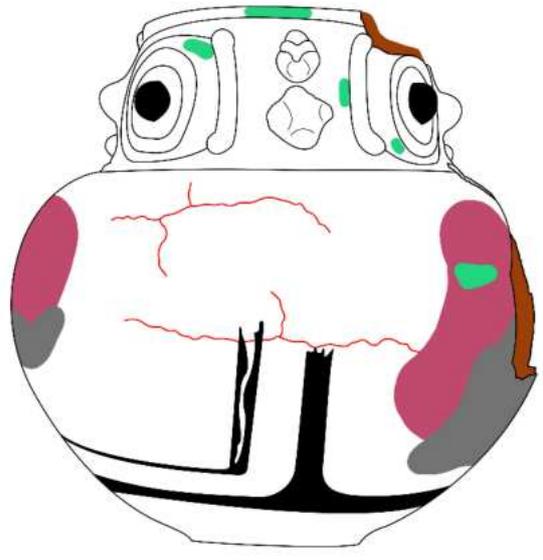
Ficha de Diagnóstico para Cerâmicas Arqueológicas Resgatadas	
Número de Registro	5UF2023
Setor/Departamento	Núcleo de Resgate - Arqueologia
Localização	Resgate arqueologia
Local de Resgate	Reserva Técnica
Tipologia	Urna
Dimensões	Altura máxima – 43cm. Diâmetro máximo – 45cm.

Vista Geral do Objeto	
04/04/2005	Pós-incêndio
	

Descrição

Urna Marajoara de formato globular pintada. Peça dividida entre cabeça e corpo. A cabeça é zoomórfica retratando uma coruja com detalhes excisos formando os olhos, a boca e os ouvidos. Apliques antropomórficos na lateral da cabeça. O corpo apresenta decoração pintada com grafismos geométricos em pigmento preto e vermelho sobre engobo branco. A decoração usa a oposição como forma de organizar os elementos decorativos, assim os campos decorativos (faces) são iguais. Superfície interna alisada.

Estado de conservação atual		<input type="checkbox"/> Bom	<input checked="" type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Mau	<input type="checkbox"/> Péssimo
Indicadores visuais de alteração					
X	Quebra			Deformações formais	
X	Rachadura	X		Fuligem	
X	Perdas			Incrustação	
	Desprendimentos			Sujidades	
	Abrasões	X		Alteração pictórica	
X	Agentes biológicos			Perda de coesão física	
X	Manchas			Aderências	
	Salinização			Oxidação	
Outros indicadores identificados					
<p>A peça apresenta uma grande lacuna no corpo e perda de borda, nas regiões que passaram anteriormente por uma intervenção restaurativa. A parte superior da cabeça da urna próximo aos olhos está com perda parcial. Há manchas de umidade circundando a lacuna do corpo e manchas de fuligem próximas à base. Rachaduras são visíveis em várias regiões do corpo da peça. A decoração pintada e o engobo estão esmaecidos. Por fim, possível presença de fungos na região superior da superfície interna e em vários pontos do corpo externo.</p>					
Mapa de Danos					
Face A			Face B		
					

Lado A		Lado B	
			
Legenda			
	Quebra		Agentes biológicos
	Rachadura		Manchas
	Perdas		Fuligem
Observações			
<p>A peça passou por restaurações em 2002, recebendo acréscimos na borda e reintegração volumétrica da lacuna do corpo. O diagnóstico das peças foi realizado seguindo as diretrizes estabelecidas pela Política de Acesso e Procedimentos da Reserva Técnica de Arqueologia do Museu Nacional, UFRJ. Sendo autorizado apenas a divulgação de desenhos (representações gráficas) feitos a partir de fotos da autoria do arqueólogo e programador visual Pedro Luiz Von Seehausen da equipe de Resgate de Acervos.</p>			
Responsável	Patrícia Paschoal Silva		
Data	11/01/2023		